



Anais da Assembleia

Nº 062

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 50.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Emília Belinati, José Afonso Júnior, Luiz Antonio Setti, Nilton César e Toti Colaço (06). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Curitiba, 1º de junho de 1991.

Excelentíssimo Senhor

Dr. Anibal Khury

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná

NESTA.

Prezado Presidente.

Convidado a participar de Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Paraná para debater com os dignos representantes do nosso povo, aspectos do pagamento e utilização dos "royalties", conforme ofício honrosamente entregue pelos Deputados Orlando Pessuti, Geraldo Cartário e Neivo Beraldin, fui informado mais tarde, que se pretendia também generosamente, realizar uma homenagem à minha atuação nestes últimos doze anos como advogado e jornalista dedicado às causas paranaenses.

Surpreendido com a generosidade e delicadeza da intenção da homenagem quase cedi e contrariei um propósito firme a que me dispus desde o começo de nossa luta de não falar em público sobre qualquer vitória antes de ter recebido o nosso Estado integralmente o valor da indenização devida.

Participo como paranaense, da preocupação de todos com os valores expressivos já recebidos e com a melhor forma de utilizá-los para que, bem aplicados, se multipliquem no interesse maior da comunidade.

Como entretanto, o Paraná não recebeu ainda de outras hidrelétricas, bem como da Binacional Itaipu a parte mais importante desta compensação hoje reconhecida e devida até por preceito constitucional, peço vênica para só participar de qualquer homenagem ou comemoração após o pagamento total dos "royalties" reivindicados.

Entendo que nossa luta não terminou e que unidos, como sempre estivemos, chegaremos ao objetivo final de completar o ressarcimento dos nossos prejuízos que foram muito grandes, dolorosos e necessitam de pronto, amplo, definitivo e correto reparo.

Pedindo seja compreendida e respeitada esta minha vontade que se inspira numa determinação de não esmorecer na luta pelo interesse de nossa terra, espero que Vossa Excelência e dignos Deputados transfiram, se méritos merecer, para após o final completo da batalha, a homenagem tão importante, generosa, sincera e honrosa que pretendiam realizar às 16:00 horas, desta Sessão Solene, na próxima segunda-feira, 03.06.91.

Cordialmente e com a mais profunda manifestação de respeito ao Poder Legislativo, subscrevo-me grato e respeitosamente.

(a) FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1293

Senhor Presidente.

REQUEIRO Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei n° 190/91, que institui, na forma que especifica, o regime fiscal das microempresas.

Sala das Sessões, em 03.06.91

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO N° 1278

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.06.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO N° 1277

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas REQUEREM, com fulcro no disposto no artigo 159 do Regimento Interno, o adiamento por 08 (oito) sessões, a discussão do Projeto de Lei n° 070/91.

Sala das Sessões, em 03.06.91

(aa) DOUTOR ROSINHA;

ERNANI PUDELL;

e OVÍDIO CONSTANTINO.

REQUERIMENTO N° 1291

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. LUIZ CARLOS JANSEN.

Requer, ainda, seja dada ciência do teor do presente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.06.91

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO N° 1292

Senhor Presidente.

A Bancada do PMDB, através de seu Líder, vem requerer a consignação de voto de pesar, pelo falecimento de LUIZ CARLOS JANSEN, ocorrido recentemente, fruto de acidente automobilístico, o que se traduz em profundo consternamento da parte de todos os que privaram de sua convivência.

Sala das Sessões, em 03.06.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

Apoiamento: José Tavares, João Preis, Renato Adur, Severino Félix, Dirceu Manfrinato, Antônio Annibelli, Edson Silva Lino, Dobradinho da Silva, Luiz Carlos Martins, Cleiton Kielse, Eurides Moura e Nilton

Barbosa.

REQUERIMENTO N° 1273

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados a inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder votos de congratulações à Filarmônica Antoninense pela comemoração de seu 15° aniversário.

Sala das Sessões, em 03.06.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 30 de agosto de 1975, a Banda Filarmônica de Antonina já caminha para o seu 16° aniversário. Nesses quinze anos de existência, tem conseguido, graças à dedicação e esforço de seus componentes e diretores, honrar o compromisso de formar jovens músicos, bem como elevar o nome do Estado do Paraná no cenário cultural nacional.

É necessário que o Poder Legislativo se manifeste em regozijo à Filarmônica Antoninense como expressão de reconhecimento e apoio ao maravilhoso trabalho desenvolvido de forma tão séria por aquela entidade.

Que do teor do presente seja dada ciência à Secretaria Estadual da Cultura, à Prefeitura Municipal de Antonina e aos seus Vereadores, bem como aos diretores da homenageada Banda.

REQUERIMENTO N° 1282

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados a inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de congratulações à "Gazeta do Povo", pelo lançamento da campanha de emergência contra a miséria.

Sala das Sessões, em 03.06.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

A miséria é uma agressão à natureza humana. O abandono de milhares de homens, mulheres e crianças à sorte de uma realidade injusta é antes uma demonstração de subdesenvolvimento político do que econômico.

Neste momento em que as dificuldades econômicas por que o país atravessa implicam nas condições de vida da população, acentuando ainda mais as desigualdades, a "Gazeta do Povo", demonstrando lucidez e responsabilidade lança a campanha de emergência contra a miséria.

Para isso, faz um chamamento às autoridades, empresários, entidades e clubes de serviços, para o desenvolvimento de ações que minimizem o sofrimento da grande

parcela da nossa população.

A campanha liderada pela "Gazeta" e concebida pelo eminente jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, caminha para o lado mais certo, envolvendo o conjunto da sociedade na solução desse problema de responsabilidade de todos nós cidadãos conscientes.

A experiência mostrou que o governo estadual, municipal ou federal não pode e não conseguirá, jamais, sozinho, resolver todos os problemas. A união mostrou-se como a forma mais madura e concreta para busca da superação de nossas dificuldades.

O Poder Legislativo deve não apenas apoiar a campanha da "Gazeta", como estudar a melhor forma de cooperar com ela, inclusive, em ações legislativas que garantam condições de acesso da população às condições mínimas de vida.

Que se cumprimente, mais uma vez esse prestigioso jornal e seu Diretor, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, por mais uma vez demonstrar aguda preocupação com os problemas que afligem nossa população.

REQUERIMENTO N° 1290

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual do PDT, que esta subscreve, pede seja registrado nos Anais da Assembléia, Voto de Apreço à idéia do jornalista Francisco Cunha Pereira Filho de reunir diversas autoridades e representações da sociedade civil para uma campanha de ação contra a crescente miséria e marginalização do nosso povo, em fórum de trabalho efetivado na última semana, dia 29 de maio passado.

Sala das Sessões, em 03.06.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO.

JUSTIFICATIVA:

Em fórum especialmente convocado, comprovando seu espírito humanitário, aberto às causas populares e de cidadania, o jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, reuniu o Arcebispo de Curitiba, a Secretária Municipal do Menor D. Pani Lerner, o Secretário de Estado de Educação Elias Abrahão, o rabino Simon Moguilevsky, o Juiz de Menores Dr. Tuffi Maron, o Dr. Rubens Brustolim, presidente da Federação do Comércio do Paraná, e outros representantes da sociedade civil, para sugerir medidas contra a multiplicação da miséria na cidade e no Estado.

Embora atuando sobre os efeitos da marginalização, a campanha pode servir de início a uma mobilização social sem precedentes em Curitiba em favor dos oprimidos pela pobreza e pela miséria. Sugerem-se três medidas, reportadas pelo Diretor da Gazeta do Povo, e Canal 12:

1 - Instalar casas ou locais de distribuição de café da manhã e de sopa de

tarde em bairros ou até mesmo nas ruas centrais com participação voluntária de moradores;

2 - Promover visitas a empresas levando a idéia de contratação em faixas de baixa renda de mais um novo funcionário pelo menos, por empresa.

3 - Buscar a reciclagem de uso de prédios públicos que estejam disponíveis para serem usados como albergues de emergência.

A iniciativa, vinda de um jornalista tradicionalmente preocupado com as causas do Paraná, tem tudo para prosperar, e poderá servir ao próximo e à humanidade, aumentando as oportunidades de vitória sobre a opressão da miséria para os menos favorecidos, sobremaneira neste inverno.

REQUERIMENTO N° 1289

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual do PDT, que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, que se digne a enviar ao Ministro do Trabalho, e ao INSS, cópia desta moção com laudo técnico anexo em favor da permanência da sede da Delegacia Regional do Trabalho, na Rua Vicente Machado, 362 em Curitiba.

Sala das Sessões, em 03.06.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO.

JUSTIFICATIVA:

Como se deduz do competente laudo técnico anexo:

As amplas instalações da Delegacia Regional do Trabalho, em Curitiba, são uma conquista dos trabalhadores, servindo à Cidade e ao Estado, como equipamento social da maior valia.

Há a crônica recente de uma greve de vigilantes e guardiões, que só pode ser resolvida porque houve espaço para reunião de entendimento com acolhida de 3000 pessoas no prédio.

Sem falar que há clientela de aproximadamente 1000 usuários/dia dos serviços ali instalados de expedição de carteira e seguro desemprego.

Reduzir as instalações, tradicionais há 14 anos neste endereço, é medida que afeta consideravelmente os benefícios deste equipamento.

REQUERIMENTO N° 1261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano plenário, o envio de solicitação oficial ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, objetivando a liberação e a instalação da Comarca de Sarandi.

Sala das Sessões, em 03.06.91

(a) JOÃO PREIS.

JUSTIFICATIVA:

Contando com uma população estimada em

aproximadamente 80.000 habitantes, o município de Sarandi vem alcançando um crescimento acentuado em todos os setores, revelando toda a sua pujança, e é evidente que tal desenvolvimento resulta em uma demanda maior nas causas judiciais.

A liberação e instalação da Comarca de Sarandi, dará a Justiça daquela região, uma maior potencialização que beneficiará o progresso e a vida de todas as populações da região noroeste do Estado.

Tendo em vista, tratar-se de uma justa pretensão, considerando seu inquestionável significado, espera-se a avaliação do assunto exposto, adotando-se as pretendidas medidas para a liberação e instalação daquela Comarca.

REQUERIMENTO N° 1262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância para o município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 03.06.91

(a) JOÃO PREIS.

JUSTIFICATIVA:

A população de Sarandi, aproximadamente 80.000 habitantes, conta hoje com apenas uma ambulância no atendimento às pessoas necessitadas, dependendo muitas vezes de recursos oriundos de Maringá, o que causa uma demora acentuada na prestação dos serviços da Saúde.

Esta população, pelo muito que já fez, e pelo muito que ainda fará para o Município e para o Estado, está por merecer esta justa reivindicação.

Este veículo terá por prioridade o atendimento a faixa da população, na sua maioria carente da periferia, desprovidos de recursos financeiros, para satisfazer o mínimo necessário para si e seus dependentes.

REQUERIMENTO N° 1263

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando a destinação de uma viatura policial para o município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 03.06.91

(a) JOÃO PREIS.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento pela necessidade comprovada e urgente, visto que o setor de segurança daquele município encontra-se deficitário e assim não podendo atender às prioridades do Mu-

nicipio.

Em razão disso, estamos encaminhando esta reivindicação à Secretaria de Segurança Pública para que receba atendimento com urgência pois é perfeitamente justa e virá proporcionar maior tranquilidade à comunidade de Sarandi, motivo que nos faz esperar a sua aprovação pelos nobres Deputados.

REQUERIMENTO N° 1264

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Segurança Pública e ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, encarecendo a necessidade de viabilizar a instalação de um Destacamento Policial no Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A Administração Municipal de Sarandi preocupada com as condições de Segurança Pública oferecida à população, tem constatado uma série de dificuldades por parte dos organismos de segurança.

A ausência de maior número de policiais tem inviabilizado a atuação da polícia, tanto no trabalho preventivo, quanto na manutenção da ordem e na captura de marginais.

Deste modo, esperamos que seja determinada a instalação deste destacamento policial, objetivando assim, proporcionar maior tranquilidade e maior segurança aos habitantes de Sarandi.

REQUERIMENTO N° 1269

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente à Companhia Paranaense de Saneamento, SANEPAR, solicitando a extensão de rede de água até o número 70 da Rua Francisco Fay Neves, no Jardim Ipê, em Santa Felicidade.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento destina-se à solicitação para que a SANEPAR estenda a rede de água até um ponto da Rua Francisco Fay Neves. Muito próximo, já há o serviço da SANEPAR, o que justifica a inclusão do pleito nos estudos para implantação de rede de água.

O processo envolvendo tal solicitação recebeu na SANEPAR o n. 21338, onde poderão ser obtidos maiores detalhes sobre condições e localização da área objeto do presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 1276

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente oficial às autoridades a seguir nominadas:

- Excelentíssimo Senhor Ministro da Infra-Estrutura;

- Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura e Reforma Agrária;

- Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Indústria e Comércio do Estado do Paraná;

- Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná;

- Excelentíssimos Senhores Deputados e Senadores do Paraná no Congresso Nacional, solicitando a eles a tomada de medidas que possibilitem a implementação da indústria do Algodão produzido no Estado do Paraná, implantando ou ampliando de unidades de fiação, tecelagem, tinturaria e confecção aqui no próprio Estado produtor.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná é o primeiro produtor de algodão no país. Colhe cerca de 852 mil toneladas de algodão, resultando em 292.000 toneladas de algodão em pluma. Desse total apenas 15% é industrializada aqui no Estado; sendo 85% exportado "in natura" para outros Estados onde são processados industrialmente.

A industrialização aqui, do algodão produzido introduzirá o Paraná no mercado internacional de seus derivados, além de trazer benefícios quanto à absorção de mão-de-obra e geração de tributos.

O Paraná apresenta excelentes condições para o crescimento e desenvolvimento algodoeiro, que hoje só não se destaca na transformação do algodão em pluma e no processo de tecelagem em virtude das barreiras impostas pela política federal para o setor, que tinha como meta a industrialização do Nordeste do País, vetando assim todos os projetos voltados à implantação de indústrias têxteis nas Regiões Sul e Sudeste.

Esse quadro precisa ser modificado. Não podemos mais nos conformar com a posição de Estado exportador de matéria-prima.

Com a presente medida visamos desencadear o processo de alteração dessa realidade e ver os setores competentes envolvidos em planos e programas que em breve transformem o Paraná, num Estado que, além de ser o maior produtor nacional de algodão, também venha a ser o maior industrializador nacional do algodão.

REQUERIMENTO N° 1283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER à Mesa, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Mario Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine estudos e envie seus valiosos préstimos junto ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR., para o fim da inclusão prioritária no Programa Viário Estadual, da duplicidade asfáltica da PR-01, trecho Praia de Leste/Pontal do Sul - Município de Paranaquá, numa extensão aproximada de dezoito (18) quilômetros; construção de faixa adicional ou terceira via de rolamento, entre a localidade de Prainha e Iate Club de Caiobá - Município de Matinhos, distando em torno de um (01) quilômetro, trecho pertencente a mesma rodovia PR-01.

Requer ainda, que em nominados trechos sejam realizadas melhorias em geral, como acostamento, recapeamento onde se fizer necessário, e para maior segurança, orientação e até mesmo a prevenção de acidentes, que lamentavelmente ocorrem, arguimos da premente necessidade da pintura das faixas de sinalização, o que facilitaria em muito o tráfego e traria maior tranquilidade aos seus usuários.

Requeiro, ainda, que do presente se dê ciência aos Digníssimos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios de Paranaquá e Matinhos.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário se faz qualquer maior argumentação, tendo em vista a importância e necessidade do que reivindicamos. Cremos que grande maioria dos paranaenses fez e faz uso da PR-01 e pode constatar a veracidade do precário estado em que se encontra e da precisão e urgência da realização das melhorias contidas no presente requerimento.

Paranaquá e Matinhos, desempenham importância fundamental no desenvolvimento social e político do Estado, tendo uma base econômica sólida, pelas inúmeras riquezas que possuem, sendo o turismo uma das que mais gera tributos ao tesouro estadual.

REQUERIMENTO N° 1284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o duto Plenário, desta Casa, REQUER, envio de expediente ao Governador do Estado Roberto Requião, e ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - Deputado Homero Oguido, formulando apelo, com vistas à agilização e conseqüente li-

beração dos projetos de pavimentação urbana, elaborados pelo Município de Londrina, dentro do Programa de Desenvolvimento Urbano, do Governo do Estado - PEDU - (exercício de 1990).

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, no sentido de incluir no Programa "Minha Gente", o município de GUARANIAÇU, no Estado do Paraná, visando a construção de CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA - CIACS, naquele Município.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O País, como um todo, vinha há muito esperando soluções para os problemas básicos da enorme população carente que abriga, em especial no campo da educação e da saúde, pilares de sustentação para uma juventude educada e sadia, que farão o Brasil de amanhã.

Assim é, que foi bastante oportuna a corajosa iniciativa do Ministério da Saúde, em lançar, a nível nacional; o Programa "Minha Gente", visando a construção de CENTROS DE INTEGRAÇÃO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA - CIACS, abrangendo a policultura, as creches a saúde e o ensino à criança carente.

Dessa forma, cabe-nos parabenizar nesta oportunidade o Senhor Ministro da Saúde, Alcení Guerra, e o Senhor Presidente Fernando Collor de Mello, pela iniciativa, ao tempo em que, sabendo que para o nosso Estado serão destinadas 300 (trezentas) unidades daqueles CIACS, solicitamos a especial atenção do Senhor Ministro, no sentido de que sejam construídos aqueles centros no município de GUARANIAÇU.

REQUERIMENTO N° 1286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, no sentido de incluir no Programa "Minha Gente", o município de PRUDENTÓPOLIS, no Estado do Paraná, visando a construção de CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA - CIACS, naquele Município.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O País, como um todo, vinha há muito

Curitiba, segunda, em 03.06.91

esperando soluções para os problemas básicos da enorme população carente que abriga, em especial no campo da educação e da saúde, pilares de sustentação para uma juventude educada e sadia, que farão o Brasil de amanhã.

Assim é, que foi bastante oportuna a corajosa iniciativa do Ministério da Saúde, em lançar, a nível nacional; o Programa "Minha Gente", visando a construção de CENTROS DE INTEGRAÇÃO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA - CIACS, abrangendo a policultura, as creches a saúde e o ensino à criança carente.

Dessa forma, cabe-nos parabenizar nesta oportunidade o Senhor Ministro da Saúde, Alcení Guerra, e o Senhor Presidente Fernando Collor de Mello, pela iniciativa, ao tempo em que, sabendo que para o nosso Estado serão destinadas 300 (trezentas) unidades daqueles CIACS, solicitamos a especial atenção do Senhor Ministro, no sentido de que sejam construídos aqueles centros no município de PRUDENTÓPOLIS.

REQUERIMENTO N° 1287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, no sentido de incluir no Programa "Minha Gente", o município de PINHAO, no Estado do Paraná, visando a construção de CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA - CIACS, naquele Município.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O País, como um todo, vinha há muito esperando soluções para os problemas básicos da enorme população carente que abriga, em especial no campo da educação e da saúde, pilares de sustentação para uma juventude educada e sadia, que farão o Brasil de amanhã.

Assim é, que foi bastante oportuna a corajosa iniciativa do Ministério da Saúde, em lançar, a nível nacional; o Programa "Minha Gente", visando a construção de CENTROS DE INTEGRAÇÃO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA - CIACS, abrangendo a policultura, as creches, a saúde e o ensino à criança carente.

Dessa forma, cabe-nos parabenizar nesta oportunidade o Senhor Ministro da Saúde, Alcení Guerra, e o Senhor Presidente Fernando Collor de Mello, pela iniciativa, ao tempo em que, sabendo que para o nosso Estado serão destinadas 300 (trezentas) unidades daqueles CIACS, solicitamos a especial atenção do Senhor Ministro, no sentido de que sejam construídos aqueles cen-

REQUERIMENTO N° 1288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, no sentido de incluir no Programa "Minha Gente", o município de PALMITAL, no Estado do Paraná, visando a construção de CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA - CIACs, naquele Município.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O País, como um todo, vinha há muito esperando soluções para os problemas básicos da enorme população carente que abriga, em especial no campo da educação e da saúde, pilares de sustentação para uma juventude educada e sadia, que farão o Brasil de amanhã.

Assim é, que foi bastante oportuna a corajosa iniciativa do Ministério da Saúde, em lançar, a nível nacional; o Programa "Minha Gente", visando a construção de CENTROS DE INTEGRAÇÃO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA - CIACs, abrangendo a policultura, as creches a saúde e o ensino à criança carente.

Dessa forma, cabe-nos parabenizar nesta oportunidade o Senhor Ministro da Saúde, Alcení Guerra, e o Senhor Presidente Fernando Collor de Mello, pela iniciativa, ao tempo em que, sabendo que para o nosso Estado serão destinadas 300 (trezentas) unidades daqueles CIACs, solicitamos a especial atenção do Senhor Ministro, no sentido de que sejam construídos aqueles centros no município de PALMITAL.

REQUERIMENTO N° 1265

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado do PDT que este subscreve pede em nome dos direitos trabalhistas e da democracia - seja concedido ao SINDISERVIDORES o plenário Luiz Gabriel Sampaio, conhecido como Plenarinho, das 12:00 às 14:30 horas do próximo dia 6 de junho, para assembleia geral da categoria.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Auditório do Centro Cívico - em território "neutro", na casa do povo, o plenarinho dará à assembleia da categoria as condições de viabilidade que servem à democracia e aos direitos trabalhistas.

REQUERIMENTO N° 1266

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado que

este subscreve pede à egrégia Assembleia que recomende à Secretaria de Estado da Educação, nos termos da obrigação constitucional de atenção à educação do povo, a urgente instalação de um curso de segundo grau no distrito de Pinheiral de Baixo, em Palmeira.

Para materializar o curso, a comunidade, através do presidente da Associação de Moradores, Senhor Adão Gross, oferece as instalações físicas da escola.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Não há como negar escola às crianças do Paraná, sobremaneira quando a própria comunidade constrói as instalações físicas.

REQUERIMENTO N° 1267

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à Sanepar que se digne a atender com água potável a comunidade do Jardim Bom Pastor, na cidade de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Há dez anos cerca de três mil pessoas vivem neste bairro sem água tratada e saneamento indigno da Região Metropolitana de Curitiba. Boa parte dos equipamentos necessários para levar água já estão disponíveis, o que torna os investimentos menores.

REQUERIMENTO N° 1270

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao jornalista CID DESTEFANI e transcrita nos Anais do Poder Legislativo a meia página "Nostalgia", publicada pela "Gazeta do Povo" no dia 21/04/91.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

No dia 21 de abril próximo passado o jornalista CID DESTEFANI, pela centésima vez, publicou a meia página "NOSTALGIA", onde com fotos e histórias, conta a história de nossa cidade de Curitiba.

Nessa página, aos poucos, vemos a história de Curitiba e do Paraná misturar-se com a própria história do jornal "Gazeta do Povo", tantos anos no nosso convívio, registrando os fatos e as cenas mais importantes de nossa vida.

O jornalista CID DESTEFANI "incorpora" esse sentimento da família "Gazeta do Povo" e se empresta de forma verdadeira à realização de um jornal próximo da altura

do nosso povo. Sua meia página - NOSTALGIA - nos reporta a tempos saudosos, numa oportuna viagem pela história, "surfando" nas vogais e consoantes de seus primorosos textos.

Que se cumprimente CID DESTEFANI e o jornal "Gazeta do Povo", pela manutenção desse valioso espaço de culto à nossa memória, a história da nossa gente.

REQUERIMENTO N° 1271

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos nos Anais do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao Senhor Deputado Federal PAULO MUNHOZ DA ROCHA e transcrição nos Anais do Poder Legislativo de seu pronunciamento, na Câmara dos Deputados, no dia 14 de maio próximo passado, véspera da votação do Veto do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei n° 082/90.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Deputado Federal Paulo Munhoz da Rocha é, seguramente, um dos homens públicos mais competentes e sérios na defesa de seus ideais. Dentre eles, o maior, e uma paixão pessoal latente: o trem, a estrada de ferro.

Por tantas outras razões foi eleito e, principalmente, por aqueles que amam os trilhos por onde andam a nossa história. Foi este amor que entremeou suas palavras em brilhante pronunciamento na Câmara dos Deputados, na defesa da derrubada do veto aposto pelo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei n° 082/90.

O projeto, que se propunha a fazer justiça, reconhecer às claras, o que já é uma realidade consolidada com relação à complementação das aposentadorias dos ferroviários e das pensionistas viúvas.

Foi competente o Deputado Paulo Munhoz da Rocha para defender a classe ferroviária e foram competentes os Senhores Deputados Federais e Senadores, que derrubaram o Veto por um resultado de 379 X 05 e 47 X 05, na Câmara e Senado, respectivamente.

"Pois é justamente esse sentimento, mescla de nostalgia, emoção, responsabilidade e árduo trabalho, que forja o 'espírito ferroviário', força predominante na luta pelo progresso da RFFSA, empresa que vem melhorando seu desempenho, a olhos vistos, apesar do equivocado tratamento que tem recebido ao longo de muitos anos".

Acima, um trecho do pronunciamento do Deputado Paulo Munhoz da Rocha, na Câmara, que justifica, por si só, o requerimento para transcrevê-lo em nossos Anais.

E que do teor do presente dê-se ciên-

Curitiba, segunda, em 03.06.91

cia não apenas ao homenageado, mas também ao presidente da Câmara, do Senado da República, ao Superintendente da RFFSA-PR e ao Presidente do Sindicato dos Ferroviários.

REQUERIMENTO N° 1272

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrita nos Anais do Poder Legislativo do Estado a entrevista do Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor CARLOS ALBERTO FARACO, ao JORNAL DIÁRIO POPULAR, no dia 22/04/91.

Sala das Sessões, em 03.06.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É preciso registrar nos Anais - na memória do Poder Legislativo - a luta que tem travado o Reitor da nossa Universidade Federal para manter a instituição em funcionamento, apesar do desleixo e desatenção do Governo Federal.

Tenho dito que a Universidade Federal não quer, apenas, sobreviver à crise, mas quer crescer, apesar dela. E nisto, tem sido da maior importância a dedicação do professor Carlos Alberto Faraco, Reitor eleito da UFPR.

Nessa sua gestão, tem demonstrado sua paixão à Universidade e compromisso com a educação pública, encampando desde a primeira hora a luta contra a privatização do ensino superior.

A Universidade Federal do Paraná é, seguramente, uma das instituições federais de ensino superior que apresenta a melhor qualidade de produção acadêmica e científica, resultado do excelente preparo de seus docentes e dedicação da comunidade universitária.

Por isso, deve constar as palavras do Senhor Reitor nos seus Anais, por ocasião da oportuna entrevista ao prestigioso Jornal DIÁRIO POPULAR.

O Poder Legislativo não pode ficar imune às manifestações em defesa de nossa Universidade e nunca será demais manifestar-se em favor dela.

Que do presente se encaminhe cópia ao Reitor da UFPR, ao Presidente do DCE da UFPR, ao Ministro de Estado da Educação e ao jornal DIÁRIO POPULAR.

REQUERIMENTO N° 1274

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo do Estado do Paraná o artigo "DO UTILITARISMO COM IDÉIAS BRIZOLA", da Coluna do Castello, no Jornal do Brasil.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

De forma muito clara e com o brilho que lhe é peculiar, o articulista Carlos Castello Branco expõe no artigo em tela sua opinião diante do relacionamento entre o Senhor Presidente da República e o Governador do Rio de Janeiro, engenheiro Leonel Brizola: "Esse tipo de comportamento, de natureza pragmática, nada tem a ver contudo com outro pragmático, de que já falamos, o do ex-Governador Orestes Quércia, também candidato a presidente da República, mas para quem contam apenas os valores utilitários, ou seja, tudo o que lhe abra o caminho para sua realização pessoal. Brizola, que tem sabido ser pragmático, não é pessoa do mesmo estofa. Ele tem idéias e programas e é um homem obstinado em fazer algumas mudanças no País".

Mais adiante, no mesmo texto: "O governador está na trilha de realizar um destino pessoal mas na sua cabeça esse destino envolve os interesses do País".

Que resta dizer, diante de tanta lucidez? E que se frise a independência do autor do artigo, jornalista do melhor gabarito e depositário de singular respeito.

O que muitos dizem, afoitos, sobre essa aproximação entre o Presidente e o Governador, no afã de justificar suas próprias ações tortas, não há de se escrever, por deixar de ter compromisso com a racionalidade e o pragmatismo filosófico e político.

Age o Governador Brizola com a seriedade que deveria ser seguida por todos os homens públicos do Brasil, pois demonstra a colocação de suas aspirações abaixo dos deveres impostos como Chefe do Executivo de uma Unidade da Federação.

Ou queriam que nosso valente "maragato" fizesse uma guerrilha para separar o estado Fluminense do resto do País?

Que não queiram nos privar do Pão de Açúcar, do Cristo Redentor e da oportunidade de um dia ter o engenheiro Brizola à frente do projeto de reconstrução do Brasil.

Que se transcreva o artigo da Coluna do Castello em nossos Anais, que distribua-se entre os Deputados com assento neste Poder, dê-se ciência ao responsável por aquela coluna, ao Senhor Diretor do Jornal do Brasil, ao Deputado Federal Líder do PDT na Câmara dos Deputados e ao Líder do PDT no Senado da República, ao próprio engenheiro e Governador Leonel Brizola e ao Senhor Presidente da República.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 208/91

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica instituído o Cadastro Rural Especial para fins de legalização da posse de imóvel rural de até 35 (trinta e cinco) hectares em situação irregular.

Art. 2° - O cadastramento que se refere o artigo 1°, da presente lei, será efetuado pelos órgãos fundiários do Estado do Paraná.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A presente lei visa proteger aquele que detém a posse de imóvel rural de até 35 (trinta e cinco) hectares e que quer legalizá-la através da ação de usucapião. Mas, o Estado não tem elementos para aquilatar a real situação de referidos proprietários e muitos deles não estão cadastrados no INCRA e nem mesmo possuem escritura de posse.

Por outro lado, sabe-se, que em nosso Estado existem centenas de proprietários rurais em situação irregular, isto é, detém a posse, mas não o domínio, fato que se origina na falta de recursos (econômicos e culturais), face o impedimento do acesso aos órgãos financeiros, sejam públicos ou particulares, via de consequência, o imóvel rural em situação irregular torna-se de baixa produção e de baixa renda.

Dáí a necessidade do Estado conhecer com profundidade a faixa de proprietários rurais em situação irregular de até 35 hectares, a fim de que, no futuro, os órgãos competentes possam regularizar essa situação, para fixar o homem no campo e promovê-lo socialmente.

PROJETO DE LEI N° 209/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a "Juventude Ecológica do Paraná", de Curitiba, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora procura-se declarar de utilidade pública é uma associação de direito privado, com finalidade social de assistência à ecologia e ao meio ambiente.

Insta salientar, que a JEP'S está devidamente homologada e instituída de fato e de direito e é participante do CEDA/CEMA, Conselho Estadual de Defesa Ambien-

Cabe informar, que no ano de 1990 a Juventude Ecológica do Paraná, teve participação, no programa da Prefeitura Municipal de Curitiba, LIXO QUE NAO É LIXO, que ganhou o prêmio mundial de ecologia; em atividades de fiscalização e educação ambiental (Ecologia faça você mesmo); plantio nos mananciais hídricos de várias regiões do Estado; atividades junto à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa na implantação da Educação Humano-Meio Ambiente com disseminação estadual da matéria ecológica.

Dentro de seus programas encontram-se as seguintes atividades: estudo e conscientização do problema ecológico entre a juventude paranaense; levantamento das reais necessidades de preservação do verde ainda existente; plantio de árvores nativas em locais públicos e de necessidades em geral; depósito de mudas e sementes em geral; formação de equipes de trabalho para execução de campanhas e promoções ecológicas; criar meios e ambientes para o desenvolvimento das atividades e ampliar o contexto estatuído.

A uma entidade que desempenha tão nobre tarefa, ainda mais nos dias de hoje, e com êxito, pois em pouco tempo de existência realizou inúmeras obras e programas com resultados positivos, nada mais justo que seu reconhecimento como de utilidade pública, motivo pelo qual solicitamos a aprovação da medida proposta.

PROJETO DE LEI N° 210/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Orientação Profissional e Assistência Social - APAS", com sede e foro na cidade de Diamante do Norte.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora procura se declarar de utilidade pública é uma associação de direito privado, com finalidade assistencial à comunidade, não só desta cidade ou região, mas em todo o território nacional.

Dentro de sua atuação, encontram-se programas que objetivam o bem-estar das classes menos favorecidas. Inseridas nestes trabalhos estão atividades educacionais, profissionais, sociais, recreativas, assistenciais e econômicas se necessário.

Além dos programas normais de assistência social, a A.P.A.S. combate a mendicância, promovendo a recuperação de pes-

Curitiba, segunda, em 03.06.91

soas marcadas e marginalizadas pela sociedade, tais como: idosos, drogados, deficientes, alcoólatras, crianças abandonadas, presidiários, etc.

Busca também, de acordo com a realidade, efetuar programas de saúde, nutrição, promoção de lideranças, planejamento familiar e programas agrícolas; explorando o potencial existente em todo ser humano, inclusive os menos favorecidos.

A uma associação que desempenha tão nobre tarefa, e com êxito, pois perdura por vários anos, nada mais justo que seu reconhecimento como de utilidade pública, motivo pelo qual solicitamos a aprovação da medida proposta.

PROJETO DE LEI N° 211/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de utilidade pública a ESCOLA UNIVERSALISTA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Entidade de direito privado, com duração indeterminada, sem fins lucrativos, a ESCOLA UNIVERSALISTA foi fundada em 12 de abril de 1988, nesta Capital.

A ESCOLA UNIVERSALISTA tem como objetivo a pesquisa e desenvolvimento da concepção universalista, das fontes de energia e similares, contribuindo para o auto-conhecimento humano.

A entidade vem desenvolvendo o trabalho proposto, dedicando-se a atividades culturais e de assistência, realizando estudos e atendimentos diários a pessoas que procuram a sua sede.

Mantém a "Casa das Pirâmides", inclusive, com grande auxílio às pessoas enfermas, prestando-lhes assistência através de técnicas cientificamente estudadas.

Neste sentido, a ESCOLA UNIVERSALISTA atendeu nos últimos quatro anos, duas mil e duzentas pessoas, a maioria em tratamento continuado, realizando-se um total de oitenta e nove mil, oitocentos e vinte atendimentos, ou seja, cinquenta atendimentos por dia, em média.

Os documentos anexos corroboram nossas afirmações e colocam a Escola Universalista nas condições para reconhecimento como de utilidade pública.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 212/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" - APAE, com sede e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, a exemplo do que já ocorre em tantos outros municípios deste País, tem por objetivo promover o bem-estar e ajustamento de pessoas excepcionais, o que por si só já a credencia ao benefício. Não obstante tal fato, é de se reconhecer que tem existência jurídica desde 1982, atendendo a todos os requisitos legais determinantes da declaração de utilidade pública, cujos documentos comprobatórios são anexados ao presente.

Face ao exposto, solicitamos dos nobres Pares a aprovação do mesmo nesta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 213/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE AMAPORÃ, com sede e foro na cidade de Amaporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora procura-se declarar de utilidade pública é uma associação de direito privado, com finalidade assistencial, neste município.

Dentro de sua atuação, estão inclusos programas que auxiliam e incentivam a comunidade na solução dos seus próprios problemas. Dentre esses programas de incentivo, que também servem para angariar fundos para creche, podemos citar: bazar de roupas usadas, horta comunitária, onde trabalham os menores de rua; horta de plantas medicinais, onde trabalham os idosos; realização de vários cursos, que proporcionam o aumento da renda familiar das famílias carentes.

Busca também, desenvolver ações de atendimento à criança, dentro de um conceito familiar, que interferem diretamente no seu desenvolvimento, que são: educação, saúde, nutrição, saneamento e aspectos legais.

A APMI, sendo uma Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, promove a

educação das famílias, para hábitos de vida sadios, nutrição, controle de saúde, de doenças infecciosas e exames periódicos da gestante, nutriz e criança.

Insta salientar que a referida Associação é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, política-partidária ou religiosa.

À uma Associação que desempenha tão nobre tarefa e com êxito, pois perdura por vários anos, nada mais justo que seu reconhecimento como de utilidade pública, motivo pelo qual solicitamos a aprovação da medida proposta.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Senhor Presidente, demais membros da Mesa Diretora desta Casa, Senhores Deputados.

(Lê): "Aqui estou para enfatizar a importância da criação das escolas profissionalizantes que hoje estamos propondo.

Aqui estou, na verdade, para conclamá-los a oferecer vida mais digna à mão-de-obra sem qualificação, àqueles que não tiveram a chance de aprender um ofício, os "sem profissão" que estão espalhados por todo o Paraná!

Embora potencialmente rico, nosso Estado se defronta com problemas gravíssimos, denunciando o humilhante estado de subdesenvolvimento de algumas regiões, caracterizado por grandes diferenças sociais e marcado por trágicos contrastes.

Não basta o Paraná produzir a matéria-prima, sem poder oferecer a possibilidade de industrialização com a mão-de-obra qualificada!

Portanto, é necessário e urgente formarmos profissionais necessários ao nosso tempo!

Não podemos mais continuar impassíveis, assistindo a tudo que acontece à nossa volta. Não podemos mais permitir que impunemente o interesse individual curve e elimine o coletivo, é necessário, enfim, que passemos a fazer a história deste Estado como cidadãos e profissionais!

O fortalecimento dos pequenos centros urbanos, através do fomento às atividades econômicas, surge como desafio no sentido de reduzir o processo migratório, retendo a população na própria região de origem.

O Paraná contribui com significativa parcela da produção agrícola do País, mas apesar disso, o parque agroindustrial é relativamente pequeno. Muitos produtos vão para outros Estados sem industrialização e sem gerar derivados.

A nível do País, deixamos de receber

divisas, pela pouca ou não industrialização do produto agrícola. Despendemos grandes somas pela importação de produtos industrializados de outros Estados da Federação.

A mão-de-obra especializada vem se tornando bastante escassa em virtude de uma série de fatores, mas a nossa gente tem uma capacidade de aprendizagem fantástica.

Há alguns anos, implantamos em Maringá, uma escola de corte e costura para ensinar costura reta, objetivando o aproveitamento da mão-de-obra nas indústrias da região. Em noventa dias as nossas costureiras estavam todas empregadas.

No entanto, uma empresa de grande porte, ao se instalar na cidade, colocou durante algumas semanas, anúncios procurando tecelões. Não aparecendo ninguém qualificado, viu-se obrigada a trazê-los de Santa Catarina, que tem tradição neste setor.

A formação profissional adequada às necessidades de mercado, tem a tarefa de desenvolver o potencial do trabalhador, para qualificá-lo ao exercício do trabalho produtivo!

A falta de investimentos no setor produtivo está levando o País a um período de dificuldades econômicas, com a configuração de uma recessão que ocasiona uma queda nos níveis de emprego.

Por isso mesmo, o Governo Roberto Requião, encaminha-se para a criação de mecanismos que efetivamente viabilizem programas de desenvolvimento, criando, sobretudo, políticas que assegurem, dentro de padrões razoáveis, a sobrevivência de segmentos marginalizados dentro da economia em geral.

Ao isentar cerca de 70.000 empresas paranaenses do pagamento do ICMS, o Governador está criando quase que imediatamente cerca de 70.000 novos empregos, sendo possível prever um efeito multiplicador para os próximos 04 anos de, no mínimo, 400.000 novos empregos.

O desenvolvimento de indústrias a partir da atividade ou oficina caseira, é uma forma mais equilibrada de desenvolvimento industrial, por possibilitar melhor distribuição de renda e criar empregos, essenciais numa sociedade onde a migração rural acarreta o surgimento do desemprego.

Enfim, o grande reflexo dos incentivos oferecidos pelo Governo Estadual e a garantia de mão-de-obra qualificada, estará a industrialização cada vez maior do nosso Estado, fator de desenvolvimento e principalmente de geração de empregos para nosso trabalhador!

Contamos com o apoio de todos os senhores na aprovação deste projeto, principalmente porque este é um projeto que visa beneficiar grande parte dos trabalha-

dores deste nosso Estado!"

Tivemos a experiência como Secretário de Indústria e Comércio do município de Maringá. Uma ampliação inédita, jamais vista naquela cidade, onde tivemos a oportunidade de desenvolver em torno de mil pequenas indústrias.

Tivemos também a felicidade de criar a primeira escola profissionalizante, do setor de calçados para Maringá. Hoje, esta mesma escola, por ser paranaense, a nível de Paraná, está sediada na cidade de Rolândia.

Os reflexos que obtivemos com dois anos de funcionamento em nossa cidade de Maringá, proliferaram indústrias de fundo de quintal, criando-se pequenas indústrias, trazendo inúmeros empregos, trazendo melhoria de vida para a comunidade de Maringá.

Contamos com a aprovação deste projeto ora encaminhado a esta Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra, o Senhor Deputado Domingos Carvalho.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, queria parabenizar os colegas que fazem parte do Bloco Parlamentar Metropolitano, pelo excelente trabalho que realizaram em prol do desenvolvimento da sua região.

Faço esta observação porque a microrregião metropolitana mantém um estreito relacionamento com a microrregião dos Campos Gerais, isto é, vários problemas que afetam ambas as regiões não podem ser resolvidos em separado.

Chamo atenção especial pela movimentação em torno do desenvolvimento do Vale do Ribeira, cuja margem esquerda faz parte de nossa região, principalmente o município de Castro, através de seus distritos Abapan e Socavão.

Por isto, peço aos colegas que defendem a Região Metropolitana, cujas reivindicações, principalmente no setor de estrada, atendam também os nossos municípios que fazem parte deste Vale.

Gostaria de frisar que pouco foi dito até agora pelos colegas a respeito da Estrada do Cerne, a PR-90: começa em Santa Felicidade, passa por Bateias no município de Campo Largo, depois passa uma parte no município de Ponta Grossa, entra em Castro através do distrito de Abapan, passando próximo da Cooperativa Castrolândia, que é a maior Cooperativa em tecnologia de leite e gado leiteiro do Brasil, chegando a Pirai do Sul. Portanto, é muito importante para a Região Metropolitana, Campos Gerais, Interior do Paraná, em especial o

Norte do Estado, esta rodovia.

Quero aproveitar o momento para comunicar que estou entrando com um projeto, a fim de cadastrar, pelos órgãos competentes do nosso Estado, os minifúndios rurais até 35 hectares, irregulares, sem documentação; alguns não são nem cadastrados no INCRA, são proprietários que detêm apenas a posse mas não o domínio. Propriedade com baixa produção e conseqüentemente com baixo nível de vida cultural destes ruralistas. Esse tipo de propriedade é muito comum no Vale do Ribeira, podendo ser encontrada em outras regiões do Paraná. O objetivo desse projeto, é promovê-lo socialmente, impedindo que os mesmos corram o risco de serem incorporados a latifúndios ou às grandes áreas de reflorestamento, aumentando desta maneira, o cinturão de pobreza das cidades.

Quero comunicar a esta Casa que, a partir deste momento, estou fazendo parte da Bancada do PMDB. Os motivos que me levaram a tomar esta atitude nada tem a ver com a Bancada do PRN, com a qual sempre mantive um ótimo relacionamento e respeito. A Bancada do PRN é composta por excelentes Parlamentares, que executam um bom trabalho nesta Assembléia. Porém, o meu entrosamento com os Parlamentares do PMDB, com o Governador Roberto Requião e com os altos interesses que envolvem o povo da minha região e o desenvolvimento da minha região me levaram a tomar tal atitude.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero no uso deste Pequeno Expediente me manifestar a respeito de uma matéria publicada no Jornal "Correio de Notícias", o qual publica através de entrevistas e posições tomadas da Federação dos Trabalhadores de Agricultura no Paraná, a FETAEP, com relação aos transportes de "bóias-frias" no nosso Estado. Quero me congratular com as posições defendidas e a argumentação defendida pela FETAEP nessa questão, quando aqui se manifestava durante a semana passada, a grande preocupação sobre o trabalho dos "bóias-frias" no nosso Estado e a Lei que obriga a segurança de transporte para esses trabalhadores.

A alegação dos empresários fazendeiros para o não cumprimento da legislação sobre o transporte dos "bóias-frias" vem cair por terra, segundo as informações lidas aqui neste jornal, argumentadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná. Quando os empresários alegam a falta de condição, inclusive ganharam uma

liminar na Justiça e também o apoio do Governador Requião para revogar a referida lei, alegando que os empresários da lavoura precisariam adquirir dez mil ônibus ao custo de trinta e dois milhões de cruzeiros cada um, gastando, portanto, cerca de trezentos e vinte bilhões de cruzeiros para poder cumprir a lei que determina o transporte dos "bóias-frias" no nosso Estado.

Segundo o Presidente da FETAEP, Antonio Zarantonelo, esta argumentação não tem fundamento, pois, sem qualquer segurança os trabalhadores estão sendo transportados e, além disso, de repente, os empresários querem sofisticar o transporte querendo adquirir ônibus novos, quando na maioria das prefeituras do nosso Estado, inclusive aqui na Capital do Estado, em torno de mil e quinhentos ônibus transportam mais de um milhão e meio de pessoas diariamente, sem ser ônibus novos, ao custo de trinta e dois milhões cada um.

Levantamentos feitos dão prova de que um ônibus em bom estado, de ano 77, com toda a segurança para o transporte, como os que se utilizam para o transporte de estudantes nas prefeituras do interior do nosso Estado, custam em torno de dois milhões de cruzeiros.

Os empresários fazendeiros, para argumentar que não têm condições de garantir a segurança de transporte para os trabalhadores, alegam que não têm condições de comprar dez mil ônibus novos ao preço de trinta e dois milhões cada um.

Isto é uma farsa. Nós podemos até entender que há dificuldades para alguns pequenos ou médios produtores de terem que garantir a aquisição de um veículo para o transporte de "bóias-frias" quando eventualmente ele usa, mas a grande maioria dos grandes proprietários do nosso Estado tem estrutura para dar garantia de transporte aos "bóias-frias".

Sabemos de inúmeros desastres que acontecem por este Estado, de inúmeras famílias que ficam jogadas aos trapos, ao léu, quando o chefe da família perde a vida em acidente por insegurança do transporte. E a viúva, às vezes, quando consegue, recebe uma aposentadoria de meio salário-mínimo.

É preciso que se garanta a qualquer custo. Não se necessita comprar um ônibus novo para transportar os "bóias-frias", mas que se garanta, a qualquer custo, a vida de quem trabalha. São milhares de trabalhadores "bóias-frias" neste Estado que hoje constroem o progresso do nosso Paraná, enriquecem fazendeiros que acumulam riquezas, acumulam capital com a mão-de-obra e com os braços do trabalhador rural e do "bóia-fria".

Nós queremos até questionar a decisão

do Governador do Estado, Roberto Requião, quando se posiciona favorável a isso e permite que os empresários não cumpram a lei ou tentem revogar a referida lei, se já não estão fazendo isso, segundo a imprensa neste final de semana. A bandeira de defesa dos direitos dos trabalhadores, levantada pelo ex-Governador Álvaro Dias, pela campanha do PMDB para as eleições do Governo do Estado, agora vai por água abaixo como o exemplo das eleições dos diretores de escola.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, queremos nos preocupar com esta questão e nos congratular com a posição da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, que levanta esses questionamentos e até levanta dados sérios.

Nós não precisamos ir muito longe para entender e perceber que milhares de pessoas no nosso Estado são transportadas pior do que animais, pior do que porcos e galinhas quando são levados para os frigoríficos.

Então, é necessário também se preocupar com o outro lado e com a vida de quem constrói a riqueza deste Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou encaminhando à Mesa para ser submetido à análise do Plenário, um requerimento endereçado ao Governador Roberto Requião e ao Secretário de Desenvolvimento Urbano, Homero Oguido, nosso companheiro de partido e minha dobrada oficial por vários anos, no sentido de agilizar o processo de análise e a sua conseqüente liberação em termos de recursos do Programa de Desenvolvimento Urbano - PDU, no Município de Londrina.

Todos nós sabemos da importância, da relevância desse programa para o desenvolvimento do nosso Estado.

E Londrina, depois de Curitiba, a maior cidade, maior município não poderia ficar fora dele, mesmo em se tratando de um município dirigido pela oposição, porque nós do PMDB sempre procuramos nos pautar pela defesa dos interesses da comunidade como um todo e não estritamente ou apenas com a visão partidária.

Aliás muitas vezes o nosso partido tem pago um preço muito alto por esta sua posição. Uma posição democrática, uma posição liberal e uma posição de bom senso.

Afinal, nós somos poder no Estado desde 1983 e a partir daquele instante sepultamos aqui no Estado a velha política, a

política de que só faz para o município cujo prefeito é do seu partido.

Por esta razão, Senhor Presidente e Senhores Deputados é que eu venho a tribuna para formular este apelo formalmente ao Governador do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Urbano, no sentido de que agilize o processo do Programa de Desenvolvimento Urbano do município de Londrina, para que possa o mais rapidamente possível, Governo do Estado e Prefeito daquela cidade firmarem este compromisso na defesa dos interesses da nossa região.

O PDU como é conhecido, Senhor Deputados, destina numa primeira etapa para Londrina o valor a custo de hoje de oitocentos milhões de cruzeiros e pela própria orientação do Banco Mundial, cabe ao município a escolha de prioridades para sua execução e o Município de Londrina priorizou nesta primeira etapa a execução de obras de infra-estrutura, mais especificamente de pavimentação urbana nos municípios da periferia para a população de baixa renda e o mecanismo da distribuição desses recursos será feito com base na orientação do Banco Mundial e nos entendimentos com o Governo do Estado.

O Fundo de Desenvolvimento Urbano do Paraná entrará nesta primeira etapa com 27% desses oitocentos milhões de cruzeiros. O BIRD com 48% e a contrapartida municipal com 25%.

Vários trechos de avenidas, de ruas de bairros de Londrina serão beneficiados, com a execução dessas obras, a iniciar pela Rua Roberto Kock, que fica em frente do Hospital Universitário, uma região sem dúvida que vem carecendo de melhorias por parte do Poder Público, tanto municipal como estadual.

A Avenida São João uma das maiores avenidas de Londrina, que vai ligar vários conjuntos habitacionais que hoje em razão da forma como se concedeu aqueles conjuntos, distâncias enormes são percorridas, elevando o custo sobretudo do transporte urbano. A Avenida Maringá uma das mais importantes avenidas de Londrina com o setor sul da cidade. A Avenida Brasília que faz o contorno leste-oeste, ligando no sentido Ibioporã/Cambé e Rolândia/Arapongas.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado José Tavares já fala no Horário do PMDB.

O SR. JOSÉ TAVARES - Muito obrigado, Senhor Presidente. Também será contemplada dentro do Programa de Desenvolvimento Urbano. E mais outras três avenidas de igual significado que vem cortar uma parte de um dos parques industriais, João Preis, de Londrina, para desenvolver uma outra região da cidade que há anos clama por

abertura de vias, por construção de obras de arte, e que por falta de recursos essas obras até hoje não foram realizadas.

Portanto, Senhor Presidente, a razão da minha presença na Tribuna é para reafirmar um apelo que pessoalmente fiz há mais ou menos um mês ao Senhor Governador Roberto Requião para que juntamente com o Secretário Homero Oguido agilize a formalização do processo que na sua consequência, vem liberar oitocentos milhões de cruzeiros para o Programa de Desenvolvimento Urbano, na cidade de Londrina nesta primeira etapa.

O PDU, como disse no começo, é um programa da maior significação para o Paraná. No Governo Richa e na metade do Governo Álvaro Dias nós trouxemos ao Paraná o PRAM - Programa de Ação Municipal e aqui se encontram vários ex-Prefeitos que são testemunhas da grande importância daquele programa para os seus municípios. O Paraná se transformou num grande canteiro de Obras durante a sua realização. E é este basicamente o mesmo espírito do PDU no Programa de Desenvolvimento Urbano.

Por estas razões é que eu venho à Tribuna para formalizar este apelo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao Governador e ao Secretário de Desenvolvimento Urbano para que agilize a tramitação desse processo e que na sua sequência todos nós possamos participar de uma solenidade em Londrina, aonde o Governo do Estado e o município representado pelo Prefeito, possa consubstanciar na prática a obtenção de recursos e o início dessas importantes obras.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência permite um aparte?
(Assentimento)

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede e gostaria de, nesta oportunidade, cumprimentá-lo pela maneira democrática como sempre fez política. Nós que tivemos oportunidade de acompanhar a sua trajetória política, desde quando Deputado Estadual, Deputado Federal e hoje novamente Deputado Estadual, demonstra nesta tarde, mais uma vez o espírito democrático que tem. Gostaria de dizer a Vossa Excelência que quase todo o seu discurso seria o nosso discurso durante esta semana com relação ao município que prazerosamente temos a satisfação de nesta Casa também representar, ao lado do Deputado Nelson Garcia, que é o Município de Umuarama. Umuarama, à semana passada foi liberado cento e treze milhões de cruzeiros também pelo PDU. Numa conversa com o Governador Requião, com o Secretário Homero Oguido, houve entendimento e já se foi, inclusive tínhamos aqui uma conversa com o Deputado Nelson Garcia, e já semana passada foi li-

berado cento e treze milhões. Eu acho que na verdade nós temos que nos preocupar é com o bem da coletividade. E as obras das discussões políticas, as obras das discussões ideológicas não são as mesmas obras de se fazer, de se construir e de se realizar, que é exatamente o que as nossas comunidades precisam. É o que precisa Londrina, é o que precisa Umuarama, é o que precisam todos os municípios do Paraná.

Parabéns, Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Muito obrigado. Para concluir, Senhor Presidente, eu vou então encaminhar à Mesa e gostaria de contar com o apoio indispensável e costumeiro do Plenário para este Requerimento. Eu só encareceria a Vossa Excelência - se não fosse pedir demais com a aprovação do Plenário - que determinasse à Secretaria que o Excelentíssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano, Deputado Homero Oguido, que dele tomasse conhecimento o mais rapidamente possível, dada a relevância do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, ainda com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Teríamos, conforme Requerimento aprovado na semana que passou, hoje, às 16 horas, uma Sessão Especial na Assembléia Legislativa neste plenário para dois motivos: um deles para prestar uma homenagem a um ilustre paranaense; outro motivo para discutirmos entre os Deputados Estaduais, Federais, Senadores da República, líderes da iniciativa privada, para realizarmos essa sessão e discutirmos o encaminhamento do dinheiro dos "royalties". E ao mesmo tempo que poderíamos discutir o encaminhamento do dinheiro dos "royalties", estaríamos discutindo também é que não vem o dinheiro dos "royalties" devidos ao Paraná.

Estas seriam algumas das questões que levantaríamos nesta sessão pública, onde chamaríamos a atenção de todos os líderes, de todos os eleitos para que fizessem com que o nosso Senhor Governante entenda que é preciso cumprir a lei, especialmente quando é sancionada por ele próprio, porque o dinheiro dos "royalties" devido ao Paraná é legal, é constitucional e, acima de tudo, é moral.

Mas a não vinda do ilustre Dr. Francisco da Cunha Pereira hoje aqui, ele deve ter motivos suficientes para preferir esse caminho, haja vista que é um homem de visão, e tanto é um homem de visão que há 12 anos atrás começava uma luta em benefício do Paraná requerendo "royalties" porque o

Paraná tem direito.

Lá se foram as "Sete Quedas", muitos ficaram prejudicados, e o Paraná nada tem a ver com a má administração do Governo Federal. Se Itaipu não recebe da ELETROSUL a energia que passa, se não recebe de Furnas, o Paraná nada tem a ver com isso; ao contrário, o Paraná tem a ver, isto sim, do Governo Federal, e exige e precisa que esse dinheiro seja repassado porque se andarmos nas ruas de Curitiba e do Paraná, se enxergarmos a Favela da Vila Pinto, se entendermos as dificuldades que têm o Paraná, não podemos nos omitir neste assunto tão importante, quando envolve tamanho vulto de dinheiro ao nosso Estado.

Eu coloquei aqui alguns dos prejuízos práticos que tem o Paraná mensalmente com o não cumprimento do dever da União com o Estado. Poderíamos ter 200 ambulâncias a mais ao mês, poderíamos ter 400 casas populares, poderíamos ter 50 novas escolas, poderíamos comprar 250 viaturas para a segurança do nosso cidadão paranaense.

Movido por esses números e pelas dificuldades que passa a população carente, carente de investimento na área da indústria, na área da tecnologia, na área da saúde na área do bem-estar social, empolgados com isso, convocamos essa reunião. Se ela não se realiza hoje, eu apelo à Comissão Executiva dessa Casa que faça cumprir aquilo que foi aprovado neste Plenário, para que o Paraná discuta com toda a sociedade, especialmente os que têm responsabilidade popular, especialmente os que são eleitos e são representantes do povo que não sabem o que se passa, ou muita coisa não sabem do que se passa. Nós temos responsabilidade. Os Deputados Federais têm que vir aqui, têm que ir a Brasília, ao lado dos Senadores e de todos os líderes deste Estado, para dizer ao Presidente Collor que o Paraná exige os "royalties" porque são devidos ao Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrando o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Paraná produz quase 1/4 de toda a produção agropecuária brasileira. Industrializamos apenas 50% do que é produzido no Estado do Paraná e lamentavelmente exportamos aproximadamente os outros 50% que representa uma evasão enorme de receita em nossa maior fonte arrecadadora, que é o ICMS.

Seria muito importante, Senhores Deputados, que pudéssemos industrializar a totalidade daquilo que o nosso Estado pro-

duz. Teríamos uma receita de ICM aumentada, uma oferta de empregos muito maior e um nível de vida dos trabalhadores e da sociedade paranaense muito melhor.

O Rio Grande do Sul que tem o seu PIB mais ou menos idêntico ao do Paraná, tem em sua fonte arrecadadora de ICM quase que o dobro daquilo que produz o Estado do Paraná e a consequência disso, que aquele Estado, desde os seus primórdios, teve a competência, a inteligência e a participação do industrial, fazendo com que aquele Estado fosse industrializado. Infelizmente isto não acontece no nosso Estado do Paraná.

O PROIN - Programa de Industrialização do Paraná teve, dias atrás, a competente palavra do ilustre Deputado Dalton Machuca de Ponta Grossa. Disse também a respeito da quebra do Produto Interno Bruto do Paraná que é de 6,56% e no que se refere à extinção deste programa, conversando dias atrás com o Senhor Governador, ele nos disse que é pretensão do Governo, criar um novo programa de industrialização, especialmente voltado à pequena e à média agroindústria, sem esquecer em seu todo a industrialização do Estado do Paraná.

O PROIN cumpriu a sua finalidade, mas o Senhor Governador disse que precisamos implementar um programa dentro da atual realidade. Por isso, confiamos e acreditamos que, num futuro não muito distante, teremos à nossa disposição, à disposição do Estado do Paraná um programa de industrialização condizente com a realidade em que vivemos.

Como disse, houve uma quebra 6,56% do Produto Interno Bruto do Paraná globalmente; mas infelizmente o produto agropecuário do nosso Estado teve uma quebra mais acentuada, isto é, 9,71% demonstrando, na realidade, que enfrentamos uma recessão talvez sem precedentes em nosso País e também no Estado do Paraná.

Fomos informados dias atrás pelo Governador Roberto Requião de que no último ano o Estado do Paraná teve uma quebra em valores reais, de 50% mais ou menos da principal receita que é o ICMS. Demonstrando nitidamente a recessão corrosiva que aí está. Demonstrando nitidamente a quebra de condições do trabalhador em suas contas. O nível de vida realmente caindo e a pobreza de nosso Estado.

Por isto será muito importante para nós, Senhores Deputados, que representamos a grande liderança no momento, fazermos um trabalho em conjunto neste sentido e nesta direção.

Eu peço permissão aos Senhores Deputados e à Mesa para falar rapidamente de nossa experiência na industrialização de Rolândia no período de 1983 a 1988, quando, orgulhosamente, exercíamos as funções

de Prefeito Municipal. Quando assumimos a Prefeitura daquele próspero Município de Rolândia, jogamos à população uma pesquisa perguntando o que Rolândia gostaria que fizéssemos durante o nosso Governo. E quase que por unanimidade o povo dizia da carência de empregos. Daí, nos primeiros dias de Governo, terminamos a execução de uma lei de incentivo à industrialização. Uma lei, a princípio, idêntica às demais existentes em quase todas as Prefeituras do nosso Estado, com algumas modificações. Por exemplo, a doação de terrenos era apenas de 70% para o valor da aquisição; os 30%, o empresário industrial teria 8 anos de carência pagando apenas o juro oficial de 1% ao mês, com isenção total da correção monetária. Ainda no competente contrato de cessão de terrenos era determinado, em uma cláusula, que o empresário teria a responsabilidade de em cada mil metros quadrados de terreno dar três empregos no mínimo. Isto aconteceu e tivemos evidentemente com a isenção dos impostos municipais, e isto é comum em todas as Prefeituras, criamos também uma outra inovação, tudo amparado por lei, naturalmente. É que a Prefeitura transportava areia, pedras e outros incentivos para facilitar a industrialização em nosso município. E, felizmente, o sucesso foi total e absoluto. Com alguns anos de administração, em 1985, conseguimos um número substancial de empregos e indústrias que vinham de outros Estados para se implantar em Rolândia. No final de nossa administração, tínhamos 53 novas indústrias. Vindo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, se instalar em Rolândia. E de fato, o sucesso foi de tamanhas proporções que já em 86 precisávamos importar mão-de-obra das cidades vizinhas para complementação do trabalhador de Rolândia. E conseguimos naqueles anos de administração, acabar com o desemprego e acabar com o fantasma do desemprego que também reinava no Município de Rolândia.

O sucesso, além do sucesso do emprego, acreditamos que o primeiro, na determinação da industrialização não pudemos esquecer e conseguimos elevar Rolândia do 47º lugar no Paraná em 83, quando assumimos a Prefeitura, para o 22º lugar no Paraná em 87 e permanece até hoje, no 23º em receita de ICM no Estado do Paraná.

Quero dizer com isto, Senhores Deputados, Mesa Diretora dos trabalhos que a solução para o nosso Estado, reside exatamente em uma forte industrialização; Agroindústria que é do programa do Governador Roberto Requião.

Por isto, meus companheiros e meus prezados Deputados, ainda não é tarde demais.

Com este quadro, gostaria de aprovei-

tar do ensejo do grande momento, para fazer até um apelo aos Senhores Deputados, que realmente, representam cada um de per si, a grande liderança em sua região, em seus municípios, fazermos um trabalho em conjunto, independentemente de facção partidária, independentemente do trabalho do Poder Executivo, a quem compete a industrialização, esse nosso trabalho isolado. Porque com nossa liderança, levando as informações, levando o pedido aos Senhores Prefeitos, vice-Prefeitos, Vereadores e Empresários, acreditamos no sucesso de nossa idéia, mas não apenas as lideranças políticas; seria necessário também, que a imprensa e de uma maneira especial e particular a "Gazeta do Povo" e a "Rede Paranaense de Televisão", através do seu Diretor Presidente, Dr. Francisco, que tem sido um batalhador em todas as boas causas paranaenses, que incorporassem conosco nesta idéia, que a solução do nosso Estado, reside exatamente na industrialização...

O SR. CEZAR SILVESTRI (Aparte) - Deputado, eu gostaria de lhe afirmar, que infelizmente eu discordo do Sr. quando o Senhor diz que o PROIN já cumpriu o seu papel.

Nós estamos passando em Guarapuava, por uma situação realmente difícil. Um grupo empresarial que quer investir no nosso município, investimento na ordem de 60 milhões de dólares, que daria em torno de um milhão de dólares de arrecadação de ICM, do Estado do Paraná. E através do PROIN, o que o Governo realmente empresta para a empresa em função do ICM gerado, praticamente não há um desembolso do Governo do Estado. E sabendo que Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, continuam com esses programas, essa Empresa provavelmente deve se instalar em Goiás. Eu acho que o Paraná está perdendo muito com isso.

É por essa razão que eu discordo do seu posicionamento dizendo que o PROIN já cumpriu o seu papel.

O SR. EURIDES MOURA - Talvez o nobre Deputado não tenha observado a nossa fala de início que quando falávamos da extinção do PROIN, que o Governador Roberto Requião, já havia determinado a constituição de um grupo de pessoas competentes para elaborar um novo programa, dentro da realidade em que vivemos. Temos certeza absoluta e já disse e repito que o nosso Estado terá, sim, um novo programa no desenvolvimento industrial, muito melhor, provavelmente, até do que o PROIN, como disse, já vinha cumprindo a sua finalidade.

Mas, dando sequência, Senhores Deputados, prezados amigos, a solução está exa-

tamente na industrialização. E como nós dizíamos, para isto gostaríamos que cada um de nós, que também somos responsáveis pelo Estado do Paraná, fizéssemos a nossa parte, ter um desenvolvimento grandioso, no que se refere à industrialização.

Gostaríamos de dar um demonstrativo da posição atual em que se encontra o Estado do Paraná, referindo-se à última safra, de 1990. De toda a industrialização do Estado do Paraná, 32% refere-se à agroindústria. 20%, metal mecânica. 15% madeira. E os restantes, de 33% são representadas pelas demais indústrias do nosso Estado.

Algodão: produzimos no Paraná, na safra de 1990, 1º produtor brasileiro foi o Paraná, 852 mil toneladas "in natura". Após a extração dos caroços e das impurezas, 292 mil toneladas foram processadas em pluma. Destas 292 mil toneladas apenas Senhores Deputados, 15% foram industrializadas no Estado do Paraná.

Aí está, realmente, uma grande evasão de receitas entre o que produzimos e o que industrializamos e o que exportamos "in natura". Por isto, seria necessário que novamente o Governo Federal, o Governo do Estado, os governos municipais atentassem bem para esta programação. O Governo Federal determinando os bancos de incentivo à industrialização de fomento e de desenvolvimento, apoiando e aprovando os projetos exequíveis. O Banco do Estado do Paraná, através do Fundo de Desenvolvimento Estadual, que aplicasse duramente na industrialização, especialmente na agroindústria: pequenas, médias e também as grandes indústrias.

Vejam, Senhores, que na década de oitenta o Paraná teve a felicidade de instalar mais ou menos cinco novas indústrias, fiação, tecelagem, tintura e outras. Lamentavelmente, no final do Governo Sarney, aqueles incentivos da industrialização do algodão foram tirados do Paraná e levados para o Norte e Nordeste. Isto, infelizmente para nós paranaenses, é por demais triste. Seria importante sim, que Norte e Nordeste recebessem incentivos, mas que também o Paraná não tivesse esta infelicidade de receber estes cortes industriais de incentivos, tão importantes ao algodão, que felizmente o Paraná produz com abundância, produz com bastante eficácia.

Neste sentido, encaminhamos à Mesa Diretora, um Requerimento onde pedimos o apoio dos Senhores Deputados; este Requerimento é encaminhado ao Ministro da Infra-Estrutura, pedindo que tenha sensibilidade e volte a incentivar a criação de novas indústrias de fiação, tecelagem, tintura e outras, para que o processo do algodão tenha um desempenho muito maior e possa o Estado arrecadar muito mais em receita de ICM, possa ter mais empregos e

possa, também, ter um nível melhor de vida aos trabalhadores.

Soja: o Paraná produziu 4 milhões, 650 mil toneladas. É o segundo produtor brasileiro. Conseguimos industrializar, em primeira fase, 4 milhões de toneladas, que representam 86% da industrialização. Digo primeira fase porque é apenas o esmagamento do grão; e o Brasil exporta o óleo bruto, infelizmente isto não é bom para o Paraná; exporta também o farelo de soja em sua totalidade, porque lamentavelmente o nosso produtor de leite não tem condições de comprar este alimento importante para o aumento da produção de leite em nosso Estado e também em nosso País.

Nós exportamos em grãos apenas 14%, mas é bom que se diga que o Paraná possui uma capacidade de industrializar 10 milhões de toneladas. Portanto, industrializamos a metade daquilo que temos o potencial, e neste campo também o Senhor Governador Roberto Requião já está entrando em entendimento com o vizinho País do Paraguai, pedindo que traga a sua soja ao Brasil, e este nosso País industrialize, pelo menos a primeira fase, para que gere mais empregos e gere também valores agregados da primeira industrialização. Isto é muito importante, e nós iríamos oferecer mais empregos aos nossos trabalhadores.

Milho, o Paraná é o primeiro na produção nacional, produzindo cinco milhões, cento e vinte mil toneladas em mil novecentos e noventa; é bom que se diga que iremos importar ainda este ano um milhão cento e cinquenta mil toneladas, o que é lamentável, que demonstra com precisão que a agricultura do nosso Estado está semifalida por falta de incentivo, por falta de apoio do Governo Central. A agricultura do País sempre foi o sustentáculo, ainda é hoje não obstante o País caminhar muito bem na industrialização, isto é por demais difícil, um País produzir como o Paraná e ter que importar milho.

Nós, o Paraná, industrializa apenas 24% do que produzimos, exporta "in natura" para os outros estados 26% e 50% é consumido "in natura" às granjas para o consumo animal.

Seria importante que o Paraná voltasse a produzir o milho suficiente para o sustento, principalmente para o Estado do Paraná.

Trigo, é uma calamidade que os Srs. Deputados conhecem bem de perto, sobretudo aqueles que limitam no grupo agropecuário desta Assembléia Legislativa. É o primeiro na produção do Brasil, produzindo um milhão e quatrocentos mil toneladas na safra de 1990 e industrializamos seiscentas mil toneladas, que representa 42% na industrialização, e exportamos para outros Estados oitocentas mil toneladas, que repre-

senta 58% do que é produzido no Estado. E lamentavelmente, para a próxima safra agrícola o País, no que se refere trigo, terá uma defasagem ainda muito maior pela incompetência do Governo Central, o Senhor Ministro apenas na retórica, porque tem sido um instrumento do Ministério da Economia e isto não é bom para o País; precisávamos ter um Ministério da Agricultura forte, com competência para desenvolver um trabalho condizente com a agricultura brasileira.

Café, conhecem os Srs. Deputados, conhecem o Paraná, que a grande riqueza do Paraná só chegou quando pessoas de todos os Estados brasileiros vieram ao Paraná cultivar as terras férteis do norte e implantar um grande parque cafeeiro, que representou durante algumas décadas o sustentáculo não apenas do Estado do Paraná, mas da Nação brasileira também. E o café está condenado talvez ao seu extermínio, porque na última safra produzimos apenas cento e trinta o oito mil toneladas, safra 90, industrializamos setenta e três mil e seiscentas toneladas e exportamos 64 milhões e 400 mil toneladas para outros países e um pouco para os outros Estados. Hoje somos o quarto produtor de café do Brasil.

Bovinos. O Paraná classifica-se na quarta produção nacional. 20% apenas são industrializados no Paraná. 80% exportados para outros Estado e para o Exterior. 250 milhões e 395 mil toneladas foram produzidas. Destes números, apenas industrializamos os 20%. Bom seria que pudéssemos industrializar a sua totalidade!

Arroz. Produzimos apenas, na safra de 1990, 260 mil toneladas, Consumimos apenas 50%. Importamos de outros Estados e isto infelizmente é lamentável para o Paraná que possui uma condição excepcional para a produção agrícola deste alimento, dos mais importantes para a alimentação do trabalhador e de toda a sociedade. Industrializamos do que produzimos 66% e o restante é exportado.

Feijão. O Paraná produziu, na safra de 1990, 271 mil toneladas. Consumo interno 66%. 34% exportados para os Estados vizinhos. Mas é curioso, no que se refere ao feijão, o Paraná apresenta uma característica peculiar, no primeiro semestre exportamos o feijão e, no segundo semestre, em função do clima, importamos de outros Estados.

Suínos. O Paraná classifica-se na terceira posição no País. Produziu, em 1990, 108 mil 337 toneladas. Industrializamos 97.5% do que produzimos. Exportamos 10 mil 867 toneladas.

Aves. Classifica-se o Paraná no terceiro lugar em produção no País. Produzimos 355 milhões 130 mil toneladas. Exportamos

36 mil 756 toneladas. Consumimos e na industrialização 318 mil 374 toneladas, o que representa 89% de industrialização, 11% de exportação.

Com isto, Srs. Deputados, queremos encerrar agradecendo a atenção de todos e da Mesa, dizendo que a solução de nosso Estado reside exatamente em uma forte industrialização para que tenhamos, num futuro não muito distante...

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Moura, quero parabenizá-lo. Estamos atentos principalmente aos números que Vossa Excelência traz para esta Assembleia. Estes números devem ser discutidos com profundidade, com a mesma profundidade que Vossa Excelência usou para trazê-lo aqui. Reside aí o grande papel desta Assembleia Legislativa do Paraná, a discussão destes números que Vossa Excelência traz para meditação de todos nós.

Parabéns.

O SR. EURIDES MOURA - Muito obrigado ilustre Deputado Luiz Carlos Martins.

Para encerrar, Sr. Presidente, volto a dizer, a solução de nosso Estado reside exatamente na industrialização.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Vossa Excelência me permite um aparte.

(Assentimento)

Deputado, quando falei a respeito do PROIN, o Senhor disse, no início de suas palavras, que o Governo teria um novo programa no incentivo às nossas indústrias. Mas não sei se o Senhor está lembrado, o Senhor estava junto na conversa que nós tivemos com o Governador quando ele disse que esse incentivo seria para indústrias pioneiras, ou sejam, indústrias que ainda não tinham no Estado do Paraná. Mas escutando atentamente o seu pronunciamento, o Senhor também é da opinião que nós devemos industrializar o soja, o milho aqui no Paraná, e no Paraná nós já temos indústrias que industrializam soja e milho, e não são indústrias pioneiras, então eu acredito que esse novo programa e o PROIN dava possibilidade de indústrias que já existiam no Paraná, que fossem se instalar novas aqui. Então eu acredito que esse novo programa deve dar oportunidade inclusive a indústrias que já tenham similares no Paraná.

O SR. EURIDES MOURA - Perfeitamente nobre

Deputado, acreditamos que esse será o nosso papel, de conversarmos com o Senhor Governador para que possamos conseguir, de fato, que haja uma industrialização forte, não através do PROIN como disse foi

extinto, mas disse também na criação de um novo programa que possa satisfazer o nosso Estado porque aí reside a solução de todos os problemas.

Muito obrigado Sr. Presidente, Mesa diretora, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra a Liderança do PT.

(Declina).

Liderança do PL.

Com a palavra o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi com muita atenção, fiz por dever e por prazer, ouvi com atenção o pronunciamento do Senhor Deputado José Tavares, o aparte do Deputado Nilton Barbosa, ouvi antes de Sua Excelência o pronunciamento do Sr. Deputado Domingos Carvalho, ouço os apartes brilhantes de quem entende de indústria, do vice-Prefeito, do Deputado Cezar Silvestri. Eu sou um dos Deputados que procura prestar atenção a todos os pronunciamentos, e quero tirar, também as minhas conclusões. Estava disposto esta semana Sr. Deputado José Tavares a requerer e convocar para vir prestar esclarecimentos nesta Casa o Sr. Secretário de Desenvolvimento Homero Guido para que ele fizesse uma exposição detalhada sobre o PEDU, para que explicasse a razão, o atraso da liberação das verbas para os municípios que já estão com toda documentação correta, já concluíram com todos os trabalhos, e que já encaminharam a sua Secretaria esses mesmos documentos.

Srs. Deputados, Sr. Presidente, estou nesta Casa exercendo este mandato por uma razão fundamental, o meu município, o município que eu represento e por cuja, o município eu me dedico inteiramente, como dizia o Deputado Rafael Greca, eu sou Curitiba, eu sou Arapongas Sr. Deputado José Tavares, vim para esta Assembléia Legislativa, interrompendo uma fase de realização pessoal para servir uma cidade que me convocou em 1955 para servi-la e para tirá-la do barro, da poeira, da falta de escola, da falta de transporte para transportá-la hoje um grande centro industrial do Paraná. Vim para cumprir mais uma obrigação para com o meu município. Arapongas foi discriminada durante 24 meses do Governo Álvaro Dias. O Prefeito Municipal de Arapongas.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, não pôde ser recebido em audiência pelo Senhor Governador do Estado, não para se transferir de um partido para outro, mas para discutir, respeitosamente, os

problemas que afligiam o seu município. E quando ouço o Senhor Deputado José Tavares com a sua experiência parlamentar, com passagem por esta Casa, com passagem com grande atuação pela Câmara Federal dos Deputados, e voltando para trazer a sua experiência à Assembléia Legislativa do Paraná, dizendo que novos tempos se instalaram neste Estado e que desde o Governo Richa, aqui se pratica a democracia, Senhores Deputados, eu espero que os novos dias tenham chegado finalmente ao Paraná.

Arapongas espera muito deste Governo. Eu não preciso me transferir de Bancada para ver os interesses do meu município resolvidos. Eu quero ser tratado com dignidade e com responsabilidade e com responsabilidade e dignidade haverei de tratar não somente o Senhor Governador do Estado, mas também os seus Secretários, os diretores dos vários departamentos.

Não tenho andado de casa em casa; não tenho ido às Secretarias de pires na mão; tenho procurado manter um comportamento consentâneo com o meu passado: passado digno, passado respeitado onde aprendi a respeitar a todos. E espero concluir este mandato de Deputado Estadual enobrecido e engrandecido pela sua amizade e pela sua consideração, pelo respeito que tenho tido e que tem sido alvo de muitos Senhores Deputados, quer na Comissão de Constituição e Justiça, quer no Plenário desta Casa, onde trato a todos com o mesmo respeito onde procuro devolver o tratamento que me é dado em dobro para ser digno de tanta amizade e tanto respeito. Quando eu terminar o meu mandato, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu espero ver concluídas as grandes reivindicações do Município de Arapongas: o PEDU com todas as verbas liberadas; o nosso projeto de ampliação de indústrias onde cento e trinta e cinco pequenas e médias indústrias estão aguardando a oportunidade de se instalarem no parque industrial; quando finalmente a Delegacia de Arapongas puder atender aos presidiários; quando nós eliminarmos o déficit de quarenta salas de aula dentro da cidade de Arapongas; quando nós pudermos concluir, através da SANEPAR, o sistema de esgoto sanitário e quando nós pudermos oferecer mais e mais oportunidades de trabalho para o servidor de Arapongas, então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu terei cumprido realmente com o meu dever e o Governo do Estado terá cumprido com a sua obrigação.

Feliz é o Deputado José Tavares que pode vir à Tribuna desta Casa Legislativa e afirmar com toda a convicção de que novos tempos chegaram. Estes novos tempos devem significar não discriminação, devem significar respeito para com todos e da mesma forma nós haveremos de prestar a

nossa homenagem final a quem cumpriu com o seu mandato de chefe do Poder Executivo e de Governador de todos os municípios do Paraná.

O Sr. José Tavares - Deputado Colombino, V.Exa. me concede um aparte?
(Assentimento)

Deputado Colombino Grassano, V.Exa. sabe da admiração que tenho por sua pessoa e é testemunha dos longos anos de amizade que nos une desde os idos de 72, quando tive a honra de ser delegado da sua cidade, Arapongas.

Eu gostaria de fazer este aparte a V.Exa. com um questionamento ou com uma indagação. Quais foram as prioridades que o Município de Arapongas elencou para essa primeira etapa do PEDU? Segundo: se S.Exa. o Prefeito Antonio Grassano, a quem também respeito e admiro muito, por quem também tenho uma grande amizade, e se V.Exa. estão tendo dificuldades de tratarem da questão do PEDU com o Secretário Homero Oguido. E para concluir, dizendo que não é segredo de ninguém, sobretudo de V.Exa. até porque, eu tive o cuidado de afirmar aqui com muita honra, o Deputado Homero Oguido é meu companheiro de caminhada, de partido e nós temos uma amizade muito estreita.

Então caso V.Exa. me responda, de que está encontrando alguma dificuldade para liberar o PDU em cima dessas prioridades dessa primeira etapa, eu quero me somar a V.Exa., me colocar à disposição de V.Exa. para ajudá-lo, porque aquilo que eu disse e com relação a Londrina, e que o Deputado Nilton Barbosa disse com relação a Umuarama, também vale para Arapongas.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - O aparte de V.Exa. é muito importante e a minha palavra é suficiente para esclarecer a V.Exa. e ao Plenário, de que a documentação referente ao PDU do meu município, Município de Arapongas, do exercício de 1.990 está toda concluída e talvez deva faltar recursos ao Governo do Estado para completar a parte que lhe compete deste programa. A importância correspondente ao Município de Arapongas já se encontra depositada no próprio Banco do Estado do Paraná.

De modo que era o que eu tinha a me pronunciar nesta tarde, Senhor Deputado José Tavares, Senhor Presidente e Senhores Deputados, manifestando o meu regozijo, porque naturalmente o sol volta a brilhar a todos os municípios do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL com a palavra. (DECLINA)
PSD com a palavra. (DECLINA)

PRN com a palavra. (DECLINA)
PDT com a palavra. (DECLINA)
PSDB com a palavra. (DECLINA)
PTB com a palavra. (DECLINA)
Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº d 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 151/91 de autoria do PODER EXECUTIVO, que institui a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e transforma a atual Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, em Secretaria de Estado do Trabalho e de Ação Social, assim como adotar outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F.. Com EMENDA DA C.C.J., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda da CCJ.- Aprovada.

O Projeto irá à Redação Final.

A Emenda irá à 3.^a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 063/91, de autoria do Deputado PAULO MAIA e OUTROS, que estabelece a obrigatoriedade da consignação, em folha de pagamento das mensalidades das entidades associativas e sindicais dos Servidores Públicos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 132/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que denomina "Rodovia Avelino Piacentini", o trecho da Rodovia PR-317, compreendido entre o município de Campo Mourão e a ponte sobre o rio Ivai. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 164/91, de autoria do Deputado ARLINDO TROLAN e OUTROS, que denomina Rodovia Branco Mendes a PR-463, desde o município de Nova Esperança até o seu final às margens do rio Paranapanema no município de Santo Inácio divisa com Estado de São Paulo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 070/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dispõe sobre os livros didáticos utilizados pelos estabelecimentos abrangidos pela Rede Estadual de Ensino, somente serão substituídos mediante expressa autorização do Conselho Estadual de Educação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 19, de 14.03.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO 70/91

P A R E C E R:

Em analisando os aspectos legais, constitucionais e regimentais, o Projeto de Lei sob o n° 70/91, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, dispondo sobre a substituição dos livros didáticos pela Rede Estadual de Ensino, somente mediante expressa autorização do Conselho Estadual de Educação, concluímos pela sua viabilidade, nada obstando a sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS - CF
PROJETO DE LEI N° 70/91

P A R E C E R:

O Deputado ERONDY SILVÉRIO, através do presente Projeto, objetiva disciplinar a utilização e adoção de livros didáticos nas escolas públicas da Rede de Ensino Estadual, requerendo a autorização na substituição do livro para o Conselho Estadual de Educação - CCE. Atribui ainda uma participação altamente elogiável, sob o ponto de vista democrático, da Associação de Pais e Mestres de cada unidade educacional.

Meritória é também, na preocupação do limite de tempo de uso e na modificação de autores didáticos, bem como a eliminação sumária das literaturas descartáveis nas escolas públicas.

Sob o ponto de vista social, o autor, em sua justificativa, aborda com propriedade os avanços e os benefícios alcançados pelo Projeto, o qual, recebeu da Comissão

de Constituição e Justiça parecer favorável, esta avalizando tal proposta.

Não é só a questão financeira, econômica que é preocupante na "ciranda" do livro, também o é, a qualidade e a adequação temporal e pedagógica dos textos, pois, a proposta uma vez transformada em lei, irá deslocar o eixo das decisões de escolha para as unidades educacionais, com a participação de um conselho democrático, formado de pais (os mais interessados na boa escolha) e os professores (igualmente interessados na qualidade) os quais compõem a Associação de Pais e Mestres da escola.

Diante disso, somos de parecer favorável pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 70/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei n° 70/91, de autoria do nobre Deputado ERONDY SILVÉRIO, propõe normatizar a doação e utilização dos livros didáticos, no âmbito da Rede Estadual de Ensino.

Mais do que oportuna, a proposição é do mais relevante interesse social, e a par dos benefícios econômicos que representará às famílias do organismo discente, uniformizará o aprendizado, de forma que o corpo de professores do Estado possa trocar experiências letivas e qualificar o padrão educacional público.

A vista desta exposição o Projeto merece o nosso integral acolhimento.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando o adiamento por 08 (oito) sessões, do Projeto de Lei n° 070/91.- Rejeitado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar) -
Senhor Presidente.

Nós apresentamos o Projeto de Lei n° 70/91, em 1.988 nesta Casa. Passou o ano e ele foi arquivado. Em 89 renovamos a matéria. Ocorreu o mesmo fato. 90 renovamos a matéria e idêntico destino teve o nosso projeto.

Hoje a Bancada do PT pretende a retirada por oito sessões. Não conheço as ra-

zões que levaram os membros da bancada do PT a fazer este requerimento.

Apenas eu acho que é uma matéria de interesse de toda a população paranaense, os Senhores pais que não aguentam mais as despesas a cada ano letivo na renovação de material didático. É um projeto que contraria os interesses de muitos grupos, inclusive grupos ideológicos que tem no livro descartável um veículo fácil para veiculação de suas idéias.

Então, faço um apelo a esta Casa para que rejeite esse requerimento e que votemos pelo menos em 1.^a discussão o Projeto porque me afirma o Sr. Líder do Governo nesta Casa que o Sr. Secretário da Educação tem algumas restrições e algumas sugestões a oferecer para melhoria do Projeto. Se for este o intuito da Bancada do PT nesta Casa, eu quero me congratular com ela, se for este o intuito. É evidente que toda, qualquer introdução que vise melhorar a redação, que vise melhorar enfim a condição do livro didático no Paraná será bem recebido pelo autor da matéria.

Por isso estou de pleno acordo com a sugestão do Líder do PMDB para que votemos em 1.^a discussão o Projeto e que ele seja rejeitado para que sejam introduzidas modificações que visem o aperfeiçoamento do Projeto.

O SR. DOUTO ROSINHA (Encaminhar votação) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós da Bancada do PT apresentamos este requerimento para a retirada por oito sessões, o que significa duas semanas. Fizemos isto no sentido justamente de querer discutir com a comunidade interessada o teor do projeto em si para, a partir daí, formularmos emendas ou até votarmos da maneira que está, se assim a comunidade interessada achar importante. Nós, neste breve espaço de tempo em que foi publicado o projeto, procuramos discutir com as entidades representativas de professores, com algumas APM's, por que não tem como discutir com muitas, é impossível, e procuramos discutir no fórum de defesa da escola pública, e todo este debate foi insuficiente em função do curto espaço de tempo.

Então, o pedido de adiamento por oito sessões visa simplesmente aprofundar mais este debate com essas entidades e com a comunidade interessada, e a partir daí, se for o caso, elaborar emendas, substitutivas ou votar como está. Então, é neste sentido o nosso requerimento.

Nada mais do que isto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Encaminhar votação)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo em vista o anunciado pelo Deputado Erondy Silvério, nós apelamos ao Deputado Florisvaldo Fier e aos demais Depu-

taços do PT, para que deixemos de votar esse requerimento de retirada da Ordem do Dia.

Nós já mantivemos contato com o Deputado Erondy Silvério e nos parece, e ao Secretário da Educação também, que algum ajuste de redação precisa ser feito. E o Secretário até levantava a idéia de que o livro didático, por exemplo o de História, não podendo ele ser substituído nos cinco anos subseqüentes, poderá se transformar num livro desatualizado. E nos encareceu o Sr. Secretário que retirássemos o Projeto de Ordem do Dia por algumas sessões e que déssemos, inclusive, oportunidade para que o fórum sobre o livro didático que acontecerá nos dias 6 e 7 do presente mês, possa se transformar num ambiente apropriado para sugestões que visem melhorar e ampliar a qualidade do projeto do Deputado Erondy Silvério.

Com nenhum momento o mérito, a constitucionalidade desse projeto foi questionada, nós entendemos que não é hoje o dia para retirá-lo da Ordem do Dia, porque do ponto de vista constitucional ele está cumprindo toda a legislação e o seu mérito é defendido por todos aqueles que aqui estão.

Então o entendimento nosso é que votemos hoje em 1.^a discussão e que amanhã o retiremos e aguardamos as conclusões do Seminário que se realizará nos dias 6 e 7 sobre o livro didático.

Este é um apelo que eu faço ao Líder do PT, e, caso contrário nós teremos que nos posicionar contrariamente ao requerimento e iremos votar evidentemente em 1.^a discussão hoje e retirá-lo amanhã.

O SR. RENATO ADUR - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu queria tecer as minhas considerações a respeito do Projeto n° 70/91 do ilustre Deputado Erondy Silvério.

Nós que lidamos na área editorial há muitos anos e que temos o contato direto com o professor, com o aluno, com a dificuldade que existe hoje na camada de mais baixa renda no Estado do Paraná, principalmente na questão da compra do livro didático, nós entendemos como do mais alto alcance do Projeto do Deputado Erondy Silvério.

Entendemos isso, Sr. Presidente, porque efetivamente o livro descartável, efetivamente o jogo de interesses muitas vezes escusos tem prejudicado sensivelmente aquelas pessoas que não dispõem de muitos recursos financeiros para a cada ano ad-

quirir novos livros para os mesmos filhos.

Uma família que tem 3 ou 4 filhos na escola, um no 1º ano, outro no 2º e outro no 3º, o que está no 3º e no ano seguinte vai para o 4º, e o que está no 2º vai para o 3º não pode mais utilizar o livro daquele que estava no ano passado. Isto é uma aberração, isto é um absurdo.

Então, nós queremos, aqui, Deputado Erondy Silvério, dar-lhe os parabéns a Vossa Excelência por essa iniciativa que entendemos do mais alto alcance. Estamos votando favoravelmente a Vossa Excelência e entendemos que esse é efetivamente um Projeto social que atende às camadas de baixa renda e tem um grande alcance para a nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Para encaminhar, Sr. Presidente, Sr. Deputado Erondy Silvério, Srs. Deputados da Bancada do PT. Seria tudo muito correto e muito bonito se houvesse livros didáticos nas escolas públicas do Paraná.

Recentemente nós, pela Comissão dos 300 anos de Curitiba, pedimos às professoras das escolas municipais e das escolas estaduais sediadas em Curitiba (eu não estou falando de Barra do Jacaré, eu estou falando de Curitiba) que fossem nossas parceiras e parceiros com relação a motivar as crianças para o ensino da história da cidade dentro da idéia de que comemorar é conhecer, e que era preciso então dar aulas de História com conteúdo para que as crianças aprendessem a História da Cidade e do Estado e fossem nossas parceiras na comemoração.

Dáí nós descobrimos o seguinte: que não havia nenhum livro didático em nenhuma escola do Município de Curitiba e nem do Paraná. Ou seja, as professoras de 3ª e 4ª séries não as de Barra do Jacaré: as de Curitiba eram obrigadas a dar aula de história com livros seus porque as escolas não os possuíam.

Isso provocou a minha idéia, já posta em prática no último dia 29 de maio, de distribuir cestas básicas com os livros fundamentais para a compreensão da História do Paraná: o livro do Rui Wachowcz, o do Augusto de Saint Hilaré, que faz a viagem a Curitiba o do Wilson Martins, e mais dois ou três atlas, um mapa da Cidade, e publicações da Fundação Cultural.

Nasceu daí, desse debate ideológico, sobre que livro que vai ensinar a História de Curitiba, a idéia de, com o Departamento de História da Universidade, se promover a publicação de uma antologia de textos básicos para a História de Curitiba e do Paraná.

De maneira que me parece absolutamente bizantino, ou seja, próprio daquela corte

imperial que discutia entre verdes e azuis o sexo dos anjos, porque no tempo se acreditava que os anjos existiam e que eles cuidavam do Império, nós discutimos aqui quem vai editar, que forma vai ter, como vão ser os livros didáticos do Paraná. É claro que o Conselho Estadual de Educação tem que ter um papel fundamental, preponderante na definição disso, mas primeiro nós precisamos reconstituir as escolas sucateadas, reconstruir o arcabouço educacional do Estado e aí sim, ter a discussão que me parece oportuna e própria para o salão, a discussão sobre que tipo de texto vai ter o livro didático do Paraná. Por enquanto, livros não há. Portanto, o projeto não precisaria nem motivar o arroubo ideológico do PT, muito menos, a contra-reação bem intencionada do Deputado Erondy Silvério.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. Deputado autor do Projeto, manifesta-se contra o adiamento. A votação será pelo voto inverso.

Os senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Rejeitado.

Em votação o Projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, só para registrar o voto contrário ao Projeto, voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/91, de autoria do Deputado João Preis, que autoriza o Poder Executivo a criar e incentivar a criação de 10 escolas profissionalizantes no setor têxtil e de confecção de artigos em couro, nas cidades polo da Região Noroeste do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C. e C.E.C.E., com Emenda da C.E.C.E., por unanimidade (Publ. no D.A. nº 30 de 08.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 116/91

P A R E C E R:

Visando, meramente, autorizar a criação de escolas profissionalizantes na Região Noroeste do Estado, o presente Projeto de Lei não fere qualquer dispositivo constitucional, legal, bem como obedece os critérios de técnica legislativa estabelecidos pelo Regimento Interno desta Casa.

Assim, somos de Parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Sessões, em 23.04.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

DURVAL AMARAL - Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 116/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado João Preis, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar e incentivar a criação de 10 escolas profissionalizantes no setor têxtil e de confecção de artigos em couro, nas cidades pólo da região Noroeste do Estado.

Sobre a matéria houveram os pronunciamentos foveráveis das Doutas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

No que concerne ao mérito, a proposição em tela é de absoluta oportunidade e no âmbito desta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio não há nada que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.05.91

(aa) JOÃO PREIS - Presidente;

COSTENARO NETO - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI N° 116/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Deputado João Preis, tem por finalidade criar e incentivar a criação de 10 (dez) escolas profissionalizantes no setor têxtil e de confecção de artigos em couro, nas cidades polo da Região Noroeste do Estado.

O presente projeto obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão, que tem por atribuição analisar o aspecto meritório do projeto, verificamos que a medida vem de encontro aos interesses do nosso Estado.

Entretanto, para maior clareza, apresentamos emenda supressiva.

Diante do exposto, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, com a emenda que em anexo encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Comissões,

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente;

MÁRIO BEZERRA - Relator.

EMENDA SUPRESSIVA DA COMISSÃO DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI N° 116/91.

Suprima-se do artigo 1° do Projeto de Lei n° 116/91 as expressões: "e incentivar a criação de", que ficará com a seguinte redação:

Art. 1° - "Fica o Poder Executivo autorizado a criar 10 (dez) escolas profissionalizantes no setor têxtil e de confecção de artigos em couro, nas cidades, pólo da região Noroeste do Estado".

Sala das Comissões, em

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente;

MÁRIO BEZERRA - Relator.

Apoiamento: João Iensen.

Em votação.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O Projeto de Lei n° 116/91, Sr. Presidente. Srs. Deputados, de autoria do Deputado João Preis, que autoriza o Poder Executivo a criar e incentivar a criação de dez escolas profissionalizantes, nós temos a tecer o seguinte comentário: não é a primeira e parece provavelmente não será a última, que é Projeto de Lei autorizatório. No entender da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o Governo do Estado do Paraná pode construir, se estiver no orçamento, quantas escolas ele quiser, independente da autorização desta Casa de Leis. Portanto, é um Projeto desnecessário. Acho que sempre temos que registrar isso. Vir aqui para a Assembléia Legislativa e ficar votando projeto que não tem necessidade nenhuma, eu acho que é perder tempo, porque basta o Governo querer, e havendo orçamento, ele o faz. Não tem necessidade. A segunda questão é a que diz respeito às escolas profissionalizantes. É engraçado, no nosso entender, que escola profissionalizante nunca é para profissionalizar o filho do trabalhador a ser médico, engenheiro. Nada disso, é para profissionalizar para trabalhar como emprego a vida inteira, dentro das fábricas ou na construção civil ou em qualquer outro setor. Nunca se discute a ampliação da escola pública, no sentido de ampliar a escola pública em todos os seus níveis: pública, gratuita e de boa qualidade, para fazer com que o filho do trabalhador chegue onde o filho da elite brasileira possa chegar, que é num diploma de engenheiro, de médico, de arquiteto ou essas outras profissões. No mais, sempre querem a escola profissionalizante para o filho do trabalhador ir trabalhar de marceneiro, ir trabalhar na construção civil, dentro das metalúrgicas ... Então, além de ser um projeto que, no nosso entender, por ser autorizatório, não tem necessidade, ele, ideologicamente é para manter a classe trabalhadora onde a burguesia quer colocar, no seu lugar, ou seja, operário, trabalhando, sendo explorado e massacrado dentro das fábricas.

O SR. JOÃO PREIS - Senhor Presidente, pela

ordem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nosso Projeto de lei n. 116/91 se prende ao fato de que nós vivemos numa região altamente empobrecida. Talvez não seja do conhecimento do nobre Deputado Dr. Rosinha, que reside na capital, talvez não conheça os nossos problemas do Interior. As Escolas profissionalizantes e todas elas eu tive a oportunidade de fundá-las, visava não só apenas profissionalizar o cidadão, mas também dar-lhe condições para que pudesse colocar em funcionamento numa pequena indústria de alimentos ou talvez de artesanato no fundo de sua casa. E daí, minha gente, prezados Deputados, o nosso projeto visa a implantação inicialmente de apenas 10 escolas profissionalizantes no setor de couro e têxtil. E ouvindo o que disse o nobre Deputado Eurides Moura sobre a industrialização do Paraná, não adianta querermos atrair indústrias para o Paraná se não termos mão-de-obra qualificada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. Os Senhores Deputados que o aprovam ...

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Deputado Preis, Senhor Deputado Rosinha.

A idéia de uma escola que ensine a ler e a escrever, e a contar, e eduque para a liberdade tem apaixonado a esquerda brasileira e em especial os discípulos do Anísio Teixeira, entre eles o nosso companheiro Senador Darci Ribeiro. E na discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que se propõe ao Senado Federal e ao Congresso Nacional nos próximos meses, vai entrar este projeto. Um módulo escolar que ensine a ler e a escrever, e a contar. Quem sabe um curso primário sem exame, onde não exista a possibilidade de o guri pobre receber da professora a condenação que vai confirmá-lo para sempre atado a um arado, ou à mó de um moinho, ou à roda de uma fábrica, no caso aqui da cidade, onde já não há mais arado, atado ao papel triste de menino de rua, pedindo esmola para ajudar a sustentar a família.

Então, quatro anos de escola primária sem exame. Sem cobrança. Depois, cobrança. Daí um ensino fundamental que dê a noção de todas as profissões e que dê a noção do avanço com relação a uma carreira. E, por fim, uma escola profissionalizante isto sim, e por que não? Daí a minha razão de não ver nenhum impedimento ideológico para as Bancadas ditas de orientação progressista em votar no bom projeto do Deputado Preis. Por que não sinalizar para o Governo a criação de muitas escolas profissionalizantes, como o que estamos fazendo

aqui em Curitiba com as Linhas do Ofício - que são estes ônibus velhos reciclados em oficinas e que visitam os bairros onde os meninos que quiserem podem aprender as diversas profissões. Não tem por que não isto! Agora, o que não dá é porque não se quer condenar o filho do trabalhador a permanecer trabalhador, não se fazer nada, se fechar a escola e entrar no pensamento obscuro de que não se deve fazer nada, de que se deve votar contra esse bom projeto. Ou então fazer outra coisa, que é muito mais hipócrita, dizer que estamos todos lutando para dar a Universidade de Coimbra para todas as crianças do Brasil, o que também é, no mínimo, delirante.

Eu voto a favor do Deputado Preis e peço que todos os Senhores Deputados façam o mesmo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Para encaminhar) Senhor Presidente, queremos parabenizar o Deputado Preis pela iniciativa, uma vez que entendemos a necessidade das escolas profissionalizantes no Paraná, principalmente quando se fala na região Noroeste, das indústrias têxteis do Paraná. E eu quero, meu caro Deputado Preis, testemunhar neste momento que a nossa cidade de origem, Cianorte, é hoje uma cidade que se desponha no Paraná e é até intitulada a "Capital do vestuário".

Nós sabemos a importância que tem a indústria têxtil na nossa região, uma vez que a demanda a procura de profissionais neste setor é muito grande, eu acho que este projeto autorizatório mesmo que seja até talvez inconstitucional, mas não deixa de ser um alerta ao Governo para as necessidades de mão-de-obra.

Não entendo a posição do ilustre Deputado do PT, Dr. Rosinha, que também buscou na sua vida uma profissão, é um profissional liberal hoje como médico e para chegar na posição que se encontra hoje, evidentemente, ele esteve num bancó escolar e fez a sua opção que seria na área de medicina, e não pode de forma nenhuma cercear o direito dos trabalhadores, e até não entendo essas razões de criticar uma escola profissionalizante onde vai abrir um mercado de profissionais com maior condição e um melhor salário a esses profissionais.

Então, até hoje a gente fica na dúvida com essas conotações do companheiro do PT, que nós não sabemos se uma hora critica o Governo, porque não gera emprego, quando se propõe a criação de emprego, criática-o dizendo que os interessados nos cursos ficarão numa fábrica e não sairão mais.

Então, quero parabenizar o ilustre Deputado Preis, por essa iniciativa e acho ela de grande importância para nós criarmos os profissionais não só nas áreas de confecção mas em todos os sentidos, que

nós precisamos de mão-de-obra qualificada no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN - (Para justificar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é louvável a iniciativa do Deputado João Preis, haja vista que o Paraná é o maior produtor de algodão do país e maior produtor de seda e também o maior produtor de Rami do País.

Evidente que a região que o Deputado João Preis representa, é a região mais forte desses produtos que o Paraná produz. Mas, nós em Campo Largo, já pudemos participar com o Prefeito Afonso Portugal Guimarães e com o então Governador da época Álvaro Dias, fizemos uma reunião onde participou a Prefeitura do Município de Campo Largo, a iniciativa privada de Campo Largo e o Governo do Estado, num esforço conjunto, conseguiram viabilizar a escola profissionalizante na área de cerâmica. Evidentemente que nós vamos oferecer uma qualificação profissional àqueles que buscam um espaço na dificuldade que têm para levar o seu pão às suas casas. Mais do que isso, melhoraremos com isso, o nível da mão-de-obra, a qualidade técnica e devemos investir isso sim, na escola profissionalizante. Parabéns Deputado João Preis.

O SR. DUÍLIO GENARI - Senhor Presidente, só nós queremos colocar a nossa posição, com referência ao projeto n. 116, onde nós já temos uma emenda para apresentar no dia de amanhã, na segunda sessão, pedindo para que o projeto passe a ter 16 escolas profissionalizantes e inclusive 6 na cidade do Oeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto ...

Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - A bem da verdade é importante que se registre aqui o esclarecimento da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O que nós questionamos de fato e nós não insurgimos é o fato de que o citado Projeto ora em discussão, apenas autoriza o Governo do Estado a implantar as escolas, e não o obriga.

Pois bem, aprovado esse Projeto o Governo irá criar se quiser as escolas, e mesmo que não aprovado, poderá criá-las, se assim o quiser. Essa é a questão fundamental, que nós estamos aqui discutindo algo que no nosso entendimento é absolutamente inócuo e desnecessário e que toma um tempo precioso desta Casa.

Então, quero fazer um apelo aos ilustres Deputados, para que na próxima vez

encaminhem o seu pleito, a sua reivindicação, até poderíamos no mérito aprovar este Projeto, mas que encaminhem este pleito, ainda mais sendo representantes da Bancada do Governo, e encaminhem ao ilustre Governador e façam as suas sugestões, argumentem para que estas escolas sejam criadas. Sem necessidade de projeto de lei algum.

Esta é a posição concreta e real do Partido dos Trabalhadores, para que não parem dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. APROVADO.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 128/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do município de Xambrê, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n.º 31, de 09.04.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 128/91

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei n.º 128/91, autoriza o Executivo a reverter imóvel ao Patrimônio do município de Xambrê, conforme especifica.

Inexistindo óbices de natureza regimental, Legal e constitucional, opinamos pela continuidade da tramitação deste Projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 128/91 DE AUTORIA
DO ILUSTRE DEPUTADO NILTON BARBOSA

P A R E C E R:

Bem examinado o presente projeto de lei, somos pela continuidade de sua tramitação.

A título de sugestão, entretanto, seria recomendável que o ilustre autor promovesse a juntada da correspondente escritura pública e cópia da Lei Municipal 489/71, de 14 de dezembro de 1971, que autorizou a doação do imóvel ao Governo do Estado, para melhor apreciação da douda Comissão de Terras, Imigração e Colonização.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

COMISSÃO DE TERRAS
PROJETO DE LEI N° 128/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Nobre Deputado Nilton Barbosa, tem por finalidade, autorizar o Poder Executivo a reverter o imóvel ao patrimônio do Município de Xambrê, conforme especifica.

Houve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Finanças à matéria.

No âmbito desta Comissão, verificadas as razões do autor, manifestamo-nos pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.05.91.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 129/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel que especifica, ao Município de Xambrê. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no DA n° 31, de 09.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 129/91

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, tem como objetivo a reversão da doação feita ao Governo do Estado do Paraná, em 27 de abril de 1970.

O objeto da reversão pretendida é o lote n° 102v°103v° do livro n° E-8, do Cartório de Notas do Tabelião Aristóteles Coelho Rosa.

A medida ora proposta visa somente o bem do município de Xambrê, uma vez que necessita da área para abrigar unidades administrativas de forma a viabilizar a execução de projetos administrativos, de grande alcance social para a comunidade.

O projeto de lei em epígrafe não encontra óbice legal, regimental ou constitucional para sua aprovação, e porque também passaram-se 19 anos desde que foi efetivada a doação, sem que o Governo do Estado executasse a obra a que se propunha, perdendo assim a doação a sua finalidade.

Por tais fatos, manifestamos o nosso parecer favorável, nos permitindo ainda opinar pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões, em 18.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 129/91

P A R E C E R:

Tendo em vista o parecer favorável da egrégia Comissão de Constituição e Justiça, não vemos óbices para que o presente projeto de lei continue sua tramitação normal nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.05.91.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 129/91

P A R E C E R:

Pelo prosseguimento do presente projeto de lei, acompanhando o parecer favorável da egrégia Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.05.91.

(aa) TOTI COLAÇO - Presidente

DOMINGOS CARVALHO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 143/91, de autoria do Deputado PAULO MAIA, que acrescenta alínea ao § 1° do art. 5° da Lei Complementar n° 37, de 27 de outubro de 1987. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. (Publ. no DA n° 39, de 18.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 143/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Paulo Maia, objetiva acrescentar alínea ao § 1° do art. 5°, da Lei Complementar n° 37, de 27 de outubro de 1987.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental do plano de lei em exame, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 14.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI N° 143/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Paulo Maia, o projeto de lei em epígrafe tem como objetivo acrescentar alínea ao Art. 5° da Lei Complementar n° 37, de 27 de outubro de 1987, que dispõe sobre o regime

diferenciado de trabalho, do pessoal do Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná.

O dispositivo que se apresenta para exame, refere-se ao cálculo da parcela complementar aos proventos da inatividade dos professores ou especialistas de educação optantes pelo Regime Diferenciado de Trabalho, acrescentando que, para efeitos da formação da proporcionalidade, será computado, também, o tempo de serviço prestado sob o vínculo da Previdência Social Urbana, qualquer que tenha sido a jornada, independentemente da contagem deste tempo no padrão remanescente.

O projeto vem tramitando normalmente por esta Casa, tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Não havendo óbice de natureza legal, nada temos a opor quanto ao mérito e oportunidade.

Nestas condições, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.05.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

- Em discussão.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos este projeto à Casa, visando corrigir uma distorção que existe hoje, em termos de servidores do Magistério.

Este fato se prende ao princípio de que a Lei 776 estabelece hoje o regime de 20 horas para o professor, através de concurso, podendo ele fazer a complementação com uma parcela de serviços extraordinários de 20 horas. Tendo dois padrões, obviamente conta-se o tempo proporcional de serviço extraordinário.

A nossa proposta se prende ao fato da luta que tivemos para adoção do regime diferenciado de trabalho, que daria sustentação ao professor, não ter duas vidas, não ter dois padrões, mas sim um só padrão e uma única vida. E a Lei 37, que adotou o regime diferenciado de trabalho, no seu bojo, ela estabelece que o professor detentor de dois padrões, ao optar pelo RDT, ele desiste de um padrão efetivo e opta pela parcela de complementação, o tempo trabalhado na previdência urbana não é contado para efeito da parcela de complementação, mas sim para o padrão remanescente. O que traz um prejuízo seriíssimo na vida deste profissional.

Obviamente com este projeto de lei nós pretendemos resolver esta distorção, que traz um prejuízo seriíssimo quando o trabalhador da educação já efetivou o seu trabalho. E ao ter este tempo que ser contado para efeito de aposentadoria, o Esta-

do simplesmente não reconhece, devido à parcela de complementação.

Então, nós acreditamos que independentemente da situação em que se encontre, este tempo deva ser contado, porque é um Direito Adquirido seu, para efeitos de aposentadoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trata-se de Lei Complementar. O quórum é o pre-viligiado, 28 votos, para aprovação do Projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se com estão. APROVADO por unanimidade.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 189/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, que concede, a partir de 1° de maio de 1991, abono salarial às Instituições de Ensino Superior. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 55, de 20.05.91, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 189/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n° 21/91, tem como objetivo conceder a partir de 1° de maio de 1.991, abono equivalente a 40% (quarenta por cento), sobre os salários e vantagens permanentes percebidos em abril de 1.991, aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho das entidades da Administração indireta que especifica.

Procedida análise constitucional, legal e regimental do Plano de Lei de iniciativa governamental, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em perfeitas condições de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 189/91

Protocolo n° 4598/91

Autor: PODER EXECUTIVO - Mensagem n° 21/91

SÚMULA - "Concede, a partir de 1° de maio de 1991, abono salarial aos Servidores das Instituições de Ensino Superior.

P A R E C E R:

É de grande relevância o presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 21/91, visando conceder abono salarial aos servidores das Instituições de Ensino Superior do Estado. Mesmo por que existe grande defasagem salarial, pela corrosão monetária.

A Comissão de Constituição e Justiça já emitiu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças nada há que obste a tramitação do Plano de Lei em testilha.

Assim, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós recentemente estivemos em uma audiência no Palácio Iguaçu, com o nosso Governador, onde tivemos o desprazer de ouvir o nosso ilustre mandatário maior, deste Estado, afirmações do tipo de que Deputados que apresentam emendas às mensagens do Governo e que criam despesas, são canalhas.

Dizia o Governador que os Deputados não têm poder de criar despesas para o Estado. O que, realmente, é um fato. Eu apenas quero, aqui, levantar nesta oportunidade em que estamos discutindo uma Mensagem do Governador do Estado, que concede a partir de 1° de maio, abono salarial às instituições de ensino superior.

Inicialmente, eu quero dizer que nos parece que concessão de abono salarial, não necessariamente necessita de tramitação por esta Casa de Leis, ainda mais se tratando de instituições de ensino superior. Ademais eu quero argumentar o seguinte: A Bancada do Partido dos Trabalhadores, quando veio a Mensagem do Governador concedendo abono idêntico a várias instituições, institutos e fundações do Paraná, nós apresentamos uma emenda a esta Mensagem estendendo esse abono também às instituições de ensino superior; o fizemos não no sentido de apresentar uma emenda demagógica, porque até quero registrar que fomos desaconselhados pelos líderes do movimento dos professores dessas instituições a apresentar essa emenda, porque diziam aqueles professores que esse abono

era uma migalha e não atendia a reivindicação deles. Portanto, nós fizemos essa emenda até contra a vontade das lideranças e do sindicato que representa os professores das instituições de ensino superior; agora, fizemos essa emenda por uma única razão, porque o artigo 37 da Constituição Federal impede discriminação contra trabalhadores, ele impede, o artigo 37 da Constituição, qualquer índice diferenciado de reajuste entre servidores, ainda mais sendo todos de fundações. Nesse sentido, o nosso Projeto sim visava corrigir uma inconstitucionalidade da Mensagem do Senhor Governador. E mais do que isso, ele visava evitar que o Governador do Estado utilizasse, discriminasse e utilizasse de vingança contra os professores que tiveram a audácia de levantar o movimento dos grevistas contra o seu Governo. Então, é um Governo autoritário, que não aceita reivindicação justa, legítima dos trabalhadores, parece que esse Governador criado na esquerda, não sei aonde, mudou de posição, porque, nos parece, nós esperávamos que pelo menos esse Governador tivesse aprendido a lição histórica, que todos nós sabemos, que um País somente será desenvolvido, terá justiça social social, terá o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores quanto maior for a organização, o movimento e a luta dos próprios trabalhadores. Então, nesse sentido, quero dizer aqui que é lamentável que nós agora estejamos votando esta Mensagem, que é exatamente o mesmo teor e objeto da proposta, da emenda que a Bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou aqui. Então, me parece que se há alguma demagogia, essa demagogia efetivamente não veio da nossa Bancada.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, se há alguma coisa de lamentável neste Estado nos últimos dias, é o comportamento que vem adotando sistematicamente, eu não diria até a Bancada do PT, mas alguns Deputados do PT. Vem aqui chamar o Governador de autoritário, porque num determinado momento ele teria dito - e disse mesmo - que era uma canalhice apresentar aquelas emendas naquele momento; ele não chamou nenhum Deputado de canalha, mas que a atitude era uma canalhice, porque o Deputado devia saber que uma emenda daquela natureza, além de vir revestida de vício de inconstitucionalidade, naquele momento não poderia ser cumprida por sua Excelência o Governador, e poderia, como seria, vetada, iria atrapalhar toda a tramitação do Projeto. Então, a emenda que, ao invés de ajudar o trabalhador, iria acabar prejudicando o trabalhador. Vem agora dizer de autorita-

rismo, autoritarismo nós estamos vendo no comportamento de alguns Deputados do PT, que para eles tudo é lamentável, tudo não serve; que a Assembléia está fazendo papel de palhaço; que votaram uma lei autorizatória talvez errado; mas bem disse o Deputado Rafael Greca, pode até ser que essa lei não venha a ser implementada, mas ela sinaliza para o Governo e o orienta por ocasião da elaboração do orçamento do ano que vem, e essa matéria poderá ser contemplada no ano que vem. Então, se existe alguma coisa de lamentável, Senhor Presidente, é o comportamento de alguns Parlamentares do PT, que sistematicamente vêm se posicionando contra ações do Governador, que visam justamente atender aos reclamos da população que eles tanto defedem, que são os professores, que são os trabalhadores. Eu não entendo realmente este comportamento e se lamentos devem existir é da nossa parte quanto ao comportamento do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Para encaminhar a votação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Num dos projetos anteriores, quando, em nome da Bancada, falei que o projeto autorizatório não tinha necessidade, quero dizer que este projeto também não tem necessidade de ser votado. Abono, aumento de salário, ou reposição de perdas salariais para as Fundações, podem ser feitos via Poder Executivo, sem passar pelo Poder Legislativo. Assim era feito em nosso Estado, e pode continuar se fazendo, a menos que se mude o caráter jurídico destas Fundações.

Este é mais um ato desnecessário. Ele simplesmente consulta esta Casa de Leis para poder empurrar, ganhar mais tempo com dinheiro no caixa do orçamento do Estado. Porque já poderia ter pago estes servidores, estes trabalhadores, no começo do mês de maio, ou até abril, conforme foi a mensagem anterior.

Isto atende um reclamo da classe trabalhadora, não é verdade. O reclamo da classe trabalhadora é a reposição das perdas salariais de todos os servidores públicos do Estado que, dependendo da categoria, implica em mais de 400%.

Abono é esmola para estes trabalhadores. Abono não atende às necessidades destes trabalhadores e não faz com que eles readquiram o poder de compra que já gozavam no início do Governo Álvaro Dias.

Nós, do PT, até podemos dizer: "votaremos favorável, porque não queremos contribuir com maior achatamento salarial, não queremos contribuir com a piora da situação financeira destes trabalhadores".

Mas esta lei, vindo para cá - como disse antes, é desnecessária. Ela simplesmente reforça, ainda mais, o achatamento salarial e faz coro com a política econômica do Governo Collor de Mello.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 191/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar, alterando o vigente Orçamento de Investimento da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

PROJETO DE LEI N° 191/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), ao vigente Orçamento da Chefia do Poder Executivo e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 20 - Operação de Crédito Interna - Vinculada para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado, conforme anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente da atividade - Apoio Financeiro aos Setores Público e Privado - BADEP, conforme anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta lei, ficam alterados o Orçamento de Investimento da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, e a Programação Orçamentária Global do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, aprovados pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.91.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 191/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de iniciativa do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 22/91, objetiva a concessão de autorização deste Poder Legislativo para abertura de crédito suplementar, alterando assim, o vigente Orçamento de Investimentos da Companhia de Habitação do Paraná.

No que concerne a observar esta Comis-

são, nos aspectos legais, constitucionais e regimentais, bem como de técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa do presente Plano de Lei.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO da matéria, estando o Projeto em perfeita ordem para receber as considerações das doudas Comissões de Finanças e Orçamento, como também do egrégio Plenário desta Assembléia Legislativa.

ção e Justiça.
No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que impeça a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.
Sala das Comissões, em 29.05.91.
(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
JOAO IENSEN
Relator

Em votação.

SUPLEMENTAÇÃO						
ANEXO I						
ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI Nº						
FL. 01 Cr\$ 1.000,00						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	Nº DO PROC. COP.
0900 0910 1015	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO GABINETE DO SECRETÁRIO ESPECIAL DA POLÍTICA HABITACIONAL - ENTIDADES VINCULADAS INVESTIMENTO PARA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO POPULAR - COHAPAR	4140.00	00	L	4.000.000	0174

CANCELAMENTO						
ANEXO II						
ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI Nº						
FL. 01 Cr\$ 1.000,00						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	Nº DO PROC. COP.
2300 2302 2704	SECRETARIA DE ESTADO FAZENDA GABINETE DO SECRETÁRIO - ENTIDADES VINCULADAS APOIO FINANCEIRO AOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO - BADEP	4262.00	20	L	4.000.000	0174

É o parecer, salvo melhor juízo.
Sala das Comissões, em 28.05.91.
(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
NELSON JUSTUS
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 191/91
P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 22/91, tem por finalidade aprovar Crédito Suplementar, alterando o vigente Orçamento de Investimento da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.
Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constitui-

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - A Mensagem nº 22/91 do Excelentíssimo Senhor Governador, faz a transferência de quatro bilhões de cruzeiros de uma conta para outra no Orçamento do Estado, para a implementação de um programa até o momento desconhecido da população chamado "Casa da Família".
Queremos ressaltar a preocupação do Governo do Estado na questão habitacional do Paraná, em função de ser um problema gravíssimo de nosso Estado a questão da habitação.

O projeto do Governador não esclarece onde será aplicada esta verba e nem os detalhes. Onde será aplicada esta verba? Que programa... que detalhes...

Temos o Orçamento do Estado para o ano de 91 que garante a construção de aproximadamente 18 mil casas populares no Paraná. Definindo a quantidade, os programas e onde serão construídas estas unidades habitacionais.

Queríamos manifestar o nosso voto de apoio ao projeto, mas gostaríamos de solicitar do Líder do Governo, Deputado Pessuti, que nas próximas sessões de votação deste Projeto, nos trouxesse com mais clareza o projeto "Casa da Família". Até então estou vendo pela primeira vez este nome nesta mensagem. No entanto, o Projeto não define onde serão construídas estas unidades habitacionais. Que tipo de programa habitacional seria este? O atual Orçamento contempla 18.072 casas, o que quer dizer que isto, com 4 bilhões e 43 milhões; com mais 4 bilhões, são mais 18 mil unidades habitacionais para o Paraná.

Seria necessário, interessante e até de obrigação do Líder do Governo do Estado, nos esclarecer, possivelmente amanhã, esta questão do projeto. Esclarecimento do Projeto "Casa da Família", que no nosso entendimento não está claro para a população do Paraná e nem para a Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão.

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1278, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1292, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Cleiton Kielse, Renato Adur e demais Senhores Deputados integrantes da Bancada do PMDB, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1291, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 1263, 1264, 1262, 1261, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1265, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Ao Senhor 1º Secretário.

Requerimentos de n.ºs 1266, 1267, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1269, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1270, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de n° 1273, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1272, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de n° 1271, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de n° 1274, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de n° 1276, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1282, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1283, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1284, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 1285, 1286, 1287, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1289, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Encaminhe-se na forma do requerido.

Requerimento n° 1290, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1293, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1288, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1250, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós entendemos ser desnecessária a aprovação deste requerimento, e Vossa Excelência é testemunha daquilo que iremos aqui colocar neste Plenário, porque na última quarta-feira, quando, em companhia de Vossa Excelência fomos ao Governador Roberto Requião tratar de assuntos deste Parlamento e, naquela ocasião, conversando com o Senhor Governador, ficou ajustado de parte de Vossa Excelência e da parte desta Liderança, a convocação do Secretário da Fazenda e do Secretário do Planejamento, respectivamente Doutor Heron Arzua e o Doutor Carlos Arthur Krüeger Passos, para virem a este Parlamento, não apenas para prestarem esclarecimentos acerca de um decreto baixado por Sua Excelência o Governador, mas para aqui comparecerem, para a este Poder prestar esclarecimentos complementares, evidentemente àquilo que hoje está tramitando nesta Casa e que é de grande interesse de todos nós, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias; prestar também esclarecimentos que se fizerem necessários acerca da gestão administrativa e financeira do Governo do Estado do Paraná, já que a Secretaria da Fazenda e a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral são as responsáveis por estes aspectos da administração pública. Razão pela qual entendemos desnecessário aprovarmos um requerimento de convocação dos Senhores Secretários, haja vista que eles já estão convidados para virem aqui, faltando apenas que nós ajustemos a data, que poderá ser no decorrer da semana ou no mais tardar, na semana que vem.

Por esta razão, nós conclamamos aos Senhores Deputados que não venhamos a dar aprovação a este requerimento, que visa apenas trazer a esta Casa o Secretário da Fazenda, para prestar esclarecimentos sobre um decreto emitido por Sua Excelência o Senhor Governador, mesmo porque nós já temos ajustada a vinda dos dois Secretários para esclarecer sobre este assunto, se argüido for, evidentemente, e sobre assuntos que nós entendemos de maior relevância para o momento, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Por certo, o nobre Líder do Governo,

percebeu que o PT não faz oposição sistemática ao Governo de Vossa Excelência, até porque acabamos de aprovar o pedido de suplementação do Governador; o mesmo parece que não ocorre com requerimentos que a Bancada dos Trabalhadores apresenta nesta Casa e que têm o objetivo tão somente de tornar clara e transparente as ações do Governo.

Eu quero encaminhar este requerimento dizendo o seguinte: nós, com base em um decreto publicado pelo Governador do Estado, ficamos extremamente preocupados com o seu teor. Apresentamos a esta Casa e apenas, tão somente, queremos que o Senhor Secretário da Fazenda aqui compareça para nos tranqüilizar. Este é o objetivo. E quero também dizer ao nobre Líder do Governo, que nós queremos discutir especificamente, queremos discutir especificamente as transações que envolveram as empreiteiras, que envolveram o Banco do Estado do Paraná e que envolveram o Governo deste Estado. Nós queremos discutir sobre laranja e não sobre banana, nobre Líder do PMDB. A nossa discussão é muito específica.

O que mais nos estranha, mais uma vez, é a atitude do Governador que, aparentemente, ficou possesso com este requerimento que a nossa Bancada apresentou, tanto que, já de "cara", lança mão de uma surrada e batida técnica bacharelesca, que é tentar desqualificar o adversário para não responder a crítica, para não responder a indagação que foi feita objetivamente. Eu digo isso, porque o Governador diz aqui no jornal "Folha de Londrina": "Requião acusa Deputado do PT de receber verbas especiais". Esta foi a resposta que ele deu ao nosso requerimento, uma indagação de alta importância para o Estado. A resposta foi essa.

Obviamente, o filho da "Ana Raio", esqueceu de dizer que o Palácio Iguaçu se transformou em uma pensão de integrantes do FEPPA e etc., etc. Até, por sinal, o ilustre Governador do Estado parece que se esquece daquilo que andou fazendo aqui nesta Assembléia do Estado do Paraná, porque quando era Deputado Estadual, ajudou, segundo consta aqui...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está se desviando do assunto. Vossa Excelência se atenha ao assunto que está discutindo.

O SR. ERNANI PUDELL - É objeto exatamente da discussão do nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não é objeto.

O SR. ERNANI PUDELL - Vamos ao então, Se-

regularidades não sou eu quem está acusando, quem acusa é o corpo de auditores de tomada de contas especiais do INAMPS.

O que o nobre Deputado Geraldo Cartário falou a mim devia falar ao INAMPS, o INAMPS que acusou a irregularidade, o que eu fiz, como cidadão e Deputado foi buscar a irregularidade que existe na aplicação, no investimento da renda pública e trazer ao conhecimento da sociedade.

Dr. Aiex abriu um processo contra o Secretário de Saúde de então, Delcino Tavares, cujo advogado é o Dr. Maranhão e o processo está em tramitação, faltando uma peritagem no hospital de Figueira para continuar a tramitação. E é lógico se não houve nada o Dr. Delcino poderia abrir mão da imunidade parlamentar. O Aiex esteve recentemente preso por uma injustiça, permaneceu por dois dias, recorreu e temos certeza que será absolvido.

Quanto a Secretaria Estadual de Saúde não tem recursos. E eu iniciei este pronunciamento dizendo que o Paraná não tem recursos que os municípios não têm recursos, e não podem repassar recursos ao Estado porque o Estado está devendo cerca de 8 milhões de Ufirs ao Governo Federal que, no momento que saldar, terá recursos do Governo Federal. E mais, que o ano passado denunciei que 18 bilhões estavam no Banco do Brasil e o Governo do Estado não investia por falta de projeto, planejamento e de programa de trabalho que o atual Secretário não tem. Reafirme que não tem ninguém do PMDB, ou da bancada de sustentação do Governo, é capaz de provar que tenha e traga este programa e apresente; porque não foi apresentado ainda ao Conselho Estadual de Saúde.

O orçamento do nosso Estado só está em cerca de 3%, claro que uma Secretaria não tem dinheiro, se esta Casa não vota um orçamento condizente e a bancada do PT por dois anos consecutivos apresenta projeto de emenda, aumentando as verbas da Secretaria de Saúde. E a bancada governista sistematicamente vota contra as emendas do PT. E aí, é lógico, que não temos dinheiro.

Quais as ações que a Secretaria de Saúde não tem dinheiro? Primeiro, dinheiro que vem e não investe e, quando investe, investe mal. Segundo, não tem orçamento próprio, porque esta Casa não quer que o Governo tenha orçamento próprio, que é quando vamos votar.

O Sr. Geraldo Cartário - V.Exa. me concede um aparte? (Assentimento).

Vamos clarear os fatos, a Secretaria de Saúde não tem recursos advindos de Brasília porque houve a municipalização da Saúde. V.Exa. deve concordar com isto. Curitiba recebe diretamente do INAMPS a fa-

tura que apresenta pelo serviço prestado à sua comunidade. Os demais municípios do Paraná recebem diretamente de Brasília os recursos advindos do trabalho da fatura apresentada. V.Exa. não pode falar aqui que é falta de orçamento, falta de projeto, ou falta de qualquer coisa. Não é verdade! V.Exa. sabe que a municipalização da Saúde existe de fato e de direito. Não há porque jogar a culpa na Secretaria de Saúde, no Sr. Nizan, ou no Delcino Tavares. V.Exa. está cometendo uma injustiça muito grande.

Para concluir meu aparte, cedido muito gentilmente por V.Exa., queria lhe dizer que entre o INAMPS e o Ministério da Saúde não existe entrosamento. Um está roubando mais do que o outro. E o ladrão sempre culpa o outro que roubou no lugar dele. No caso, o Paraná é vítima desta corrupção implantada em Brasília. No caso nosso do Município de Fazenda Rio Grande, nós já recolhemos um bilhão e 500 milhões de cruzeiros ao Ministério da Previdência e não recebemos um centavo sequer. Janeiro, fevereiro, março, abril, maio e não recebemos um centavo de ninguém. No entanto, a Prefeitura da Fazenda, município novo, está com sete médicos, três ambulâncias, atendendo 24 horas. E não vem um centavo de Brasília. Não é por isto que vou culpar o Secretário de Saúde. Ele não tem culpa. A corrupção está em Brasília. Peço a V.Exa. que peça à sua bancada lá em Brasília para fiscalizar, porque chega desta corrupção implantada e de se jogar a culpa no outro. Obrigado pelo aparte.

O SR. DR. ROSINHA - A Bancada do PT em Brasília, felizmente, não tem se negado a fiscalizar em nenhum momento. Tanto é que a CPI do Collor dá o exemplo de como se comporta a bancada do PT. Se o Presidente caiu, foi graças a esta pequena e minúscula bancada que, em momento algum, deu apoio a estas irregularidades.

Segundo, a municipalização se dá se tiver de acordo do Secretário, do Ministério e do Secretário Municipal de Saúde, ou seja, do Prefeito. Mas assim mesmo a municipalização não impede que a Secretaria de Saúde assuma suas tarefas secundárias que ela não tem assumido. Todos os centros regionais de especialização estão às moscas.

Os Prefeitos não sabem onde enviar os pacientes quando necessitam de especialistas. E a Secretaria Estadual de Saúde não faz nada. E a verba que tem aplica irregularmente, como as contas especiais do INAMPS provaram a aplicação irregular e trouxe aqui. E a Secretaria não tem dinheiro porque o Secretário não tem programa; porque o Secretário não quer ter programa; porque o Secretário é incompetente e aplica a verba irregularmente. Se o Go

verno do Estado quiser um bom propósito na área de Saúde, primeiro, afaste o Secretário. Segundo, aumente o orçamento da área!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PL. (Declina).

... Partido Liberal. Declina.

PDT. Declina.

Encerrado o Horário das Lideranças passaremos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição Estadual, subscrita pelo Sr. Deputado Eurides Moura, devidamente apoiada, constante do expediente. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Esta proposta é recebida pela Mesa e determina que seja publicada em Avulsos no Diário da Assembléia, para conhecimento dos Srs. Deputados, e posteriormente à Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente, solicitando a realização de uma sessão extraordinária, logo após o encerramento da presente sessão, com a consequente dispensa do interstício, para apreciação dos Projetos de Lei n°s 195 e 196/93, que dizem respeito aos reajustes do pessoal do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas. **Aprovado.**

Haverá, logo após o encerramento desta sessão, duas sessões extraordinárias, para que possamos aprovar os projetos.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.

Curitiba, quarta, em 26.05.93

diente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 04, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei n° 196/93, constante na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

O DR. ROSINHA - Solicito Verificação de Votação.

O SR. RENATO ADUR - Solicito a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Atendendo solicitação do Deputado Renato Adur, solicito ao Sr. 1° Secretário, Deputado Lourenço Fregonesse, que proceda à Chamada Nominal dos Srs. Deputados para verificação de votação: e ao requerimento do Deputado Antônio Annibelli, de Preferência de Votação.

(É procedida a chamada nominal)

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Retiro o pedido de Verificação de Votação, uma vez que já deu quórum.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Havendo declinado do pedido de quórum o Deputado Dr. Rosinha, e havendo declinado do pedido de Chamada Nominal o Deputado Renato Adur, está **aprovado** o requerimento de Preferência de Votação.

De conformidade com o requerimento de Preferência de Votação acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 196/93, de autoria do Tribunal de Contas Of. n° 1047/93, que dispõe sobre vencimentos do Cargo Isolado de Consultar Técnico e dos cargos efetivos constantes das Leis Estaduais n°s 9.436/90, anexo I, 9.894/92 e 10.146/92, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas. Com PARER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 58 de 25.05.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 196/93

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através do Ofício n° 1047/93, objetiva o ora mencionado Projeto de Lei, reajustar

os níveis dos vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal, a partir de 1º de maio de 1993.

Analisando quanto ao aspecto legal, regimental e constitucional, nada encontramos que possa obstar o trâmite deste projeto nesta casa de leis.

Deste modo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.05.93.

(aa) PRONDY SILVERIO - Presidente
JOAO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 196/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Tribunal de Contas, através do Ofício n° 1047/93, objetiva reajustar os níveis dos vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a partir de 1º de maio de 1993.

Sobre a matéria houve o pronunciamento FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que obste a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 073/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Institui o Dia Estadual do Resgate das Crianças Desaparecidas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI N° 073/93

O artigo 1º do Projeto de Lei n° 073/93, passa a vigorar na seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído o dia 30 de junho como o Dia Estadual do Resgate das Crianças Desaparecidas."

Sala das Sessões, em 25.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: João Iensen, Emilia Belinati, Lourenço Fregonese, Cezar Silvestri.

JUSTIFICATIVA:

Louvável a iniciativa do Sr. Deputado Domingos Carvalho em instituir uma data em

alusão ao resgate de crianças paranaenses desaparecidas.

Entretanto, cabe discordar da data escolhida para tal alusão. Parece-nos de melhor alvitre designar o dia 30 de junho por ser essa data um marco no resgate de crianças desaparecidas do Paraná.

Foi exatamente em 30 de junho de 1988 que voltou ao Brasil a menina Bruna Vasconcellos, depois de dois anos em poder de uma família israelense. Trata-se do caso de maior relevo dentre os resgates de crianças desaparecidas, sendo importante assinalar que foi o único, de caráter internacional, que culminou com a volta da criança desaparecida.

O Projeto retorna às Comissões, com a sua discussão encerrada.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 075/93, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bituruna o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, em função de não estar especificada a razão do uso do terreno, voto contrário do PT.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 086/93, de autoria do Deputado Toti Colaço. Autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, a doar ao Município de Prudentópolis, um imóvel, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DR. ROSINHA - Mesma razão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 226/91, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal "GA-124", que liga os Distritos de Palmerinha, Campina do Simão e Santa Maria do Oeste, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 66/91, de 10.06.91.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 226/91

P A R E C E R:

I - O ilustre parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal "GA-124", que liga os Distritos de Palmeirinha, Campina do Simão e Santa Maria do Oeste.

II - Em sessão desta Comissão, realizada no dia 28 de junho de 1991, esta Relatora solicitou diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes, para que

se manifestasse quanto à viabilidade de se cumprir a pretensão do Autor.

III - Ocorre que hoje, quase dois anos depois, mesmo após diversos Ofícios do Presidente desta Comissão, solicitando a devida resposta daquela Pasta, dela não houve qualquer manifestação, ocorrendo assim descumprimento de norma contida no inciso V do art. 90 da Constituição do Estado do Paraná.

IV - Diante do exposto, da relevância da presente Proposição à população daquela região e ainda por estar a matéria dentro das determinações legais, somos de Parecer FAVORÁVEL na aprovação.

Sala das Comissões, em 20.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 226/91

P A R E C E R:

SÚMULA: Propositura de autoria do Deputado Cezar Silvestri intenta autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal "GA-124" no Município de Guarapuava, ligando as localidades existentes naquela unidade municipal, com uma extensão de 70 quilômetros.

Sobre a matéria, no que lhe cabe, já se manifestou pela aprovação do Projeto a Comissão de Constituição e Justiça.

Analisada a matéria nesta Comissão, de acordo com a competência regimental nada foi encontrado que obste a sequência de sua tramitação regimental até a conclusa deliberação do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 093/93, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que autoriza a doação de bem móvel ao Município de Diamante do Sul, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 21, de 24.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 093/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Cezar Silvestri, o presente plano de lei autoriza a doação de bem móvel ao Município de Diamante do Sul, conforme específica.

Sendo esta proposta de caráter autorizatório, esta Comissão não encontrou nenhum impedimento legal, constitucional ou regimental à tramitação normal deste projeto pelos órgãos da Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável

Curitiba, quarta, em 26.05.93

à aprovação desta proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 093/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Cezar Silvestri, tem por finalidade autorizar a doação de bem móvel ao Município de Diamante do Sul, conforme específica.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, não há nada que obste a sua normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 133/93, de autoria do Deputado DALTON MACHUCA, que declara de Utilidade Pública a CRECHE DOM GERALDO MICHELETTO PELLANDA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 35, de 20.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 133/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca, tem por finalidade a declaração de Utilidade Pública da Creche Dom Geraldo Micheletto Pellanda, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Procedida à análise constitucional, legal e regimental da matéria, constatamos a inteira atenção da iniciativa, aos ditames da Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita normas para a Declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cíveis no Paraná.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente plano de lei, encontrando-se a matéria em perfeitas condições de seguir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

140/93, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES E AGRÍCOLAS DE RIO AZUL, sede e foro no Município de Rio Azul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 36, de 29.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 140/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Toti Colaço, tem por finalidade a declaração de Utilidade Pública da Associação dos Fumicultores e Agrícolas de Rio Azul, com sede e foro no Município de Rio Azul.

Procedida à análise constitucional, legal e regimental da matéria, constatamos a inteira atenção da iniciativa, aos ditames da Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita normas para a Declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cíveis no Paraná.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente plano de lei, encontrando-se a matéria em perfeitas condições de seguir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 180/93, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Ilustríssimo Sr. LUIZ CARLOS DE ANDRADE LIMA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 46, de 11.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 180/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, objetiva o projeto de lei ora em tela, conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Ilustríssimo Sr. Luiz Carlos de Andrade Lima.

Tal iniciativa pretende reconhecer sua nobre conduta, bem como seu extraordinário trabalho em prol das artes do Paraná.

Do ponto de vista legal, regimental e constitucional, esta Comissão nada encontrou que possa obstar sua normal tramita-

ção por esta Casa de Leis.

Por tais fatos, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

Esta Presidência transfere a votação dos requerimentos para logo após, durante as Sessões Extraordinárias.

Sobre a mesa, Requerimento n° 1447, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1446, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.**

Esta Presidência soma-se ao Deputado José Alves nos votos de pesar pelo falecimento do Dr. Oswaldo de Moraes Correia, engenheiro agrônomo, ex-Presidente da COCAMAR, em Maringá, desde 1956.

Realmente, uma das mais expressivas lideranças do setor agropecuário paranaense.

Em votação o requerimento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 196/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 195/93.

Marca, ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 226/91, 093, 133, 140 e 180/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 173, 192 e 193/93.

Levanta-se a sessão.

retrate a velha Curitiba sem deixar de mostrar o caminho que se iniciava para o futuro no qual vivemos hoje.

A imagem acima foi tomada no dia 5 de maio de 1948 e nos mostra a velha e estreita Rua Marechal Deodoro nascendo da antiga Praça Zacarias onde se destaca a construção de um dos primeiros aranha-céus da cidade, o edifício João Alfredo, contrastando com os pequenos prédios de dois andares.

Da Curitiba mais antiga, quando a Marechal Deodoro ainda era a Rua do Comércio e, posteriormente, Rua do Imperador, resta somente, na foto, a casa baixa, à esquerda, na esquina da Rua Dr. Muricy, onde funcionava o armazém Pão de Assucar e, tendo no local, atualmente o Edifício Pedro Demeterco.

Na outra esquina, do mesmo lado, vemos uma nesga do Cine Luz com um dos primeiros anúncios de "neon" da cidade, em seu topo, dos famosos cigarros "Liberty", feito de tabaco extremamente forte e que lhe granjearam o apelido de "Estoura Peito".

O movimento do público, vestindo suas melhores fatiotas, nos dá a idéia de ser o dia um domingo. O velho bonde "Birney" esperando no ponto os passageiros com destino ao longínquo bairro do Portão dá o tom bucólico da época vivida, sem pressa alguma de se chegar ao futuro.

Desta imagem nos resta apenas, além do Edifício João Alfredo, o prédio cinza da esquina onde funcionaram a Casa Miranda e a Galeria das Meias no térreo, quando ficavam mais alegres com a famosa boate Elite, que terminou seus dias com o nome de Marrocos.

Estacionado, com a porta aberta, vemos o Studbaker do comerciante Primo Lattes. Velhos e bons tempos em que se deixava um automóvel à vontade sem ter a preocupação de ser furtado pela marginália que hoje nos atormenta.

Quarenta e três anos são passados desde que esta imagem foi gravada. De lá para cá muita coisa mudou. Além do aspecto físico da cidade, os costumes e a educação (educação?) estão modificados, são conquistas da civilização moderna. Acompanhando este progresso a cidade também foi sendo transformada. A velha Rua Marechal Deodoro e a Praça Zacarias foram re-urbanizadas em 1965 e hoje não resta praticamente nada além de velhas fotografias para nos transportar em doces lembranças a um passado de nostalgia e suaves recordações.

NOTÍCIAS DA GAZETA

Ponto de Ônibus na Praças Tiradentes

21 DE ABRIL DE 1933 - Pessoas que diariamente se utilizam dos ônibus que fazem o trajeto Tiradentes-Mercês pedem-nos aco-

lhida para uma sugestão apresentada a Cia. Força e Luz, quanto ao preço das passagens para o citado trajeto. Logo que se iniciou o serviço foi estipulado o preço de 300 réis por passagem, da praça até o ponto final. Como a Avenida Jaime Reis teve um novo trecho macadamizado o ponto terminal estendeu-se até as proximidades da sociedade das Mercês, aumentando em quase dois terços o percurso original, tendo sido mantido o preço primitivo. Desejam, porém, as pessoas que se utilizam dos ônibus para fazerem apenas a metade do percurso total, que a Força e Luz divida a linha em duas sessões e, para quem trafegar até a Visc.de Nacar pagará 200 e quem for até o final pagará mais 100 réis.

Povo na S.Andrade esperando o avião com os bombons.

21 DE ABRIL DE 1935 - A petizada curitibana teve ontem um dia gostoso com a distribuição profusa de caramelos que fez, como prometera, a firma confeccionadora dos confeitos "Aeroloide" que os lançava no mercado. Muito antes das 16 horas, tempo em que seriam lançadas as balas de um avião, a Praça Santos Andrade, local designado estava repleta de meninos, que a ocupavam totalmente, esperando que surgisse nos ares o avião da importante empresa aérea paranaense. Na hora aprazada surgiu a elegante aeronave comandada pelo hábil piloto Kwasinski que, fazendo evoluções, lançava os confeitos que vinham do céu, como chuva de "maná" na terra prometida. A distribuição foi longa e satisfez a meninada, que contente iniciou a coleção dos deliciosos caramelos, os primeiros a serem saboreados. A coleção destes caramelos consiste em selecionar 28 cartazes, tendo então, o colecionador, como prêmio o direito a um passeio de avião pela cidade. Os finos e deliciosos bombons "Aeroloide" são armazenados em artísticos papéis, com vistas aéreas de Curitiba, e os confeccionava a Fábrica de Caramelos A Fantasia, de propriedade do Sr. José Marcassa.

Dr. João Cândido Ferreira

21 DE ABRIL DE 1939 - Transcorrendo em data de hoje o aniversário natalício do professor Dr. João Cândido Ferreira, (Avô do nosso diretor Francisco Cunha Pereira Filho) ser-lhe-ão prestadas as homenagens com que seus colegas, ex-alunos e amigos querem comemorar o quinquagésimo aniversário de sua formatura. A homenagem inicial será prestada pela Associação Médica do Paraná, em sessão solene, às 10 horas, da manhã na Santa Casa, quando fará uso da palavra o prof.Milton Munhoz. Às 11 horas, no saguão da universidade, será inaugurada placa alusiva durante cerimônia especialmente organizada pela reitoria, devendo

interpretar os sentimentos dos seus colegas de cátedra o prof. Erasto Gaertner. A noite às 20 horas, terá lugar o grande banquete comemorativo do jubileu profissional do eminente mestre da medicina paranaense, homenagem esta comum de todos os seus amigos. A festa terá lugar no Grande Hotel Moderno, quando falarão os doutores Alô Guimarães e Arthur Santos.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO, ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 03 DE JUNHO DE 1991.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados.

Disse alguém, num momento de muita inspiração, que "todos nutrem pelo menos uma paixão secreta pela ferrovia, desde a mais tenra idade.

Em trinta anos de trabalho na RFFSA, testemunhei verdadeiras declarações de amor pelo trem, alguns não tão secretos, outros até bastante explícitos. Aqui mesmo, no Congresso Nacional, parlamentares têm confidenciado uma "queda" pelo trem, não sabendo explicar as razões de seu misterioso fascínio.

O melancólico apito da "Maria Fumaça" faz correr um frio na espinha de quem quer que esteja à margem da linha, ferroviária ou não.

Se isso tudo acontece até mesmo com quem jamais entrou num comboio movido a diesel, o que não se passaria no íntimo daquele que outrora alimentou a fornalha da máquina a vapor e ainda "bebeu água de tênder"? Qual não deve ser a emoção do maquinista conduzindo possantes locomotivas através de trechos, muitas vezes centenários, em cujas linhas está escrita sua história e a de seus antepassados? Que sensação de responsabilidade não deve sentir no comando da máquina? E o trabalhador da Via Permanente, responsável direto pela

segurança da linha, o que não sentiria ao ver passar aquele enorme peso pressionando os trilhos por ele fixados?

Pois é justamente esse sentimento, mescla de nostalgia, emoção, responsabilidade e árduo trabalho, que forja o "espírito ferroviário", força predominante na luta pelo progresso da RFFSA, empresa que vem melhorando seu desempenho, a olhos vistos, apesar do equivocado tratamento que tem recebido ao longo de muitos anos.

Lamentavelmente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é justamente essa gente que, mais uma vez, vê seus passos serem interceptados por equivocada decisão que agora ameaça seu já debilitado orçamento familiar.

O Projeto de Lei n. 82/90, vetado pelo Senhor Presidente da República, visava, unicamente, consolidar, em um único instrumento, duas dezenas de textos legais que já regiam e continuam regendo a complementação da aposentadoria dos ferroviários e da pensão das viúvas. Tal Projeto de Lei nem sequer geraria novos ônus ao Tesouro Nacional, já que fazem jus à complementação somente aqueles que ingressaram na RFFSA até 31.10.1969. É, portanto, uma situação que se exaure no tempo. O próprio Tribunal de Contas da União endossou esses entendimentos e ainda afirmou, ao empenhar-se pela sua aprovação, que tal medida permitiria um tratamento uniforme aos processos levados à apreciação daquela Alta Corte.

Na Legislatura anterior, esse Projeto de Lei recebeu a aprovação unânime da Câmara e do Senado, tendo merecido o apoio de todas as lideranças partidárias. Também na atual legislatura, a Comissão Mista encarregada de avaliar o veto, pronunciou-se, de forma unânime, pela sua REJEIÇÃO.

Finalizando, faço um apelo à consciência suprapartidária dos colegas parlamentares no sentido de que devolvam a tranquilidade à família ferroviária, reparando esse "acidente de percurso", REJEITANDO o veto ao Projeto de Lei n. 82/90.